

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	13
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	18
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	21
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	23
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	24
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	26
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	27
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	28
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	29
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	31
---	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	101
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	104
---	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	105
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	107
---	-----

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

108

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	33.007.970
Preferenciais	61.424.902
Total	94.432.872
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	30.100
Total	30.100

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	4.979.306	3.003.793	2.628.874
1.01	Ativo Circulante	929.758	584.633	610.877
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	156.135	371.734	286.994
1.01.02	Aplicações Financeiras	402.732	52.646	129.581
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	402.732	52.646	129.581
1.01.02.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	402.732	52.646	129.581
1.01.03	Contas a Receber	220.848	105.132	130.696
1.01.03.01	Clientes	173.595	105.132	130.696
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	47.253	0	0
1.01.03.02.02	Créditos com empresas ligadas	47.253	0	0
1.01.04	Estoques	79.609	39.446	37.935
1.01.06	Tributos a Recuperar	55.676	8.938	19.005
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	55.676	8.938	19.005
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.192	875	1.067
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.566	5.862	5.599
1.01.08.03	Outros	13.566	5.862	5.599
1.02	Ativo Não Circulante	4.049.548	2.419.160	2.017.997
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	468.951	335.065	232.963
1.02.01.04	Contas a Receber	284.275	242.144	161.226
1.02.01.04.01	Clientes	38.759	28.644	0
1.02.01.04.02	Créditos com empresas ligadas	245.516	213.500	161.226
1.02.01.05	Estoques	25.700	22.041	20.403
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	158.976	70.880	51.334
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	34.192	53.321	47.264
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	104.729	7.867	4.070
1.02.01.10.05	Outros	20.055	9.692	0
1.02.02	Investimentos	2.433.484	937.817	639.741
1.02.02.01	Participações Societárias	2.433.484	937.817	639.741
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.345.993	885.462	639.741

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	87.491	52.355	0
1.02.03	Imobilizado	863.044	867.712	865.665
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	863.044	867.712	865.665
1.02.04	Intangível	284.069	278.566	279.628
1.02.04.01	Intangíveis	284.069	278.566	279.628

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	4.979.306	3.003.793	2.628.874
2.01	Passivo Circulante	884.841	634.178	419.631
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	52.550	36.951	18.161
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	52.550	36.951	18.161
2.01.02	Fornecedores	68.822	39.692	31.841
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	48.016	29.591	31.439
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	20.806	10.101	402
2.01.03	Obrigações Fiscais	137.775	74.676	49.355
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	137.775	74.676	49.355
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	93.265	45.971	32.013
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições a Pagar	44.510	28.705	17.342
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	151.226	325.894	151.547
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	58.509	259.942	141.203
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	58.509	259.942	141.203
2.01.04.02	Debêntures	92.717	65.952	10.344
2.01.05	Outras Obrigações	472.769	154.134	168.727
2.01.05.02	Outros	472.769	154.134	168.727
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	300.216	23.459	54.437
2.01.05.02.04	Energia Elétrica	130.276	105.696	101.890
2.01.05.02.06	Outros Passivos	42.277	24.979	12.400
2.01.06	Provisões	1.699	2.831	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.386	2.831	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.386	2.831	0
2.01.06.02	Outras Provisões	313	0	0
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	313	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.805.722	644.608	736.190
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.279.884	331.978	460.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	214.837	60.277	114.204
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	214.837	60.277	114.204

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.01.02	Debêntures	1.065.047	271.701	345.796
2.02.02	Outras Obrigações	29.596	35.965	9.046
2.02.02.02	Outros	29.596	35.965	9.046
2.02.02.02.03	Obrigações com Benefícios aos Empregados	4.180	4.377	4.765
2.02.02.02.06	Obrigações Trabalhistas	7.090	3.683	4.281
2.02.02.02.07	Outros Impostos e Contribuições a Pagar	18.050	27.491	0
2.02.02.02.09	Outros Passivos	276	414	0
2.02.03	Tributos Diferidos	468.997	261.104	248.179
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	468.997	261.104	248.179
2.02.04	Provisões	27.245	15.561	18.965
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.793	15.561	18.965
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	16.373	4.597	3.116
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.410	10.954	14.846
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	10	10	1.003
2.02.04.02	Outras Provisões	2.452	0	0
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	2.452	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	2.288.743	1.725.007	1.473.053
2.03.01	Capital Social Realizado	699.002	699.002	699.002
2.03.02	Reservas de Capital	-1.401	-1.154	-101.459
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.401	-1.154	-101.459
2.03.04	Reservas de Lucros	1.147.566	804.599	736.249
2.03.04.01	Reserva Legal	139.801	110.158	91.775
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	867.964	584.283	552.699
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	139.801	110.158	91.775
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	443.576	222.560	139.261
2.03.08.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial em Empresa Investida	447.367	226.411	143.404
2.03.08.02	Ganhos (Perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego - líquido dos efeitos tributários	-3.791	-3.851	-4.143

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.585.647	1.124.217	1.043.565
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-784.719	-630.311	-596.203
3.03	Resultado Bruto	800.928	493.906	447.362
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.543.015	-69.239	-195.776
3.04.01	Despesas com Vendas	-67.020	-51.689	-55.740
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-179.253	-208.511	-150.739
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	456.756	10.865	10.561
3.04.04.02	Ajuste de preço de aquisição	447.971	0	0
3.04.04.03	Receitas Operacionais	8.785	10.865	10.561
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	67.623	-13.551	32.761
3.04.05.03	Despesas Operacionais	67.623	-13.551	32.761
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.264.909	193.647	-32.619
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.343.943	424.667	251.586
3.06	Resultado Financeiro	6.728	39.822	19.118
3.06.01	Receitas Financeiras	113.599	74.724	88.115
3.06.02	Despesas Financeiras	-106.871	-34.902	-68.997
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.350.671	464.489	270.704
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-365.907	-96.823	-97.199
3.08.01	Corrente	-161.138	-85.103	-99.888
3.08.02	Diferido	-204.769	-11.720	2.689
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.984.764	367.666	173.505
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.984.764	367.666	173.505
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	19,7405	3,6197	1,742
3.99.01.02	PNA	21,7146	3,9824	1,9162
3.99.01.03	PNB	21,7146	3,9817	1,9162
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	19,7405	3,6197	1,742

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.99.02.02	PNA	21,7146	3,9824	1,9162
3.99.02.03	PNB	21,7146	3,9817	1,9162

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	1.984.764	367.666	173.505
4.02	Outros Resultados Abrangentes	219.189	83.299	68.089
4.02.06	Ganhos (Perdas) Atuariais de Plano de Benef. Pós Emprego de Controlada	5.546	-4.184	-6.402
4.02.07	Ganhos (Perdas) Atuariais de Plano de Benefícios Pós Emprego	91	442	-1.662
4.02.09	Ajuste na Conversão de Inform. Financ. de Controlada no Exterior	-25.057	-4.734	34.230
4.02.10	Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	240.441	90.572	39.146
4.02.12	IR e CS sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas	-1.801	1.353	2.212
4.02.13	IR e CS sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego	-31	-150	565
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.203.953	450.965	241.594

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	928.515	335.656	249.952
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.073.159	355.856	390.827
6.01.01.01	Lucro antes do IR/CS	2.350.671	464.489	270.704
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	90.086	87.448	92.552
6.01.01.04	Receita com créditos reembolsáveis	-7.452	0	0
6.01.01.05	Resultado na Alienação e Baixa de Ativos	1.071	340	95
6.01.01.06	Provisão (Reversão) para Demandas Judiciais	16.509	-2.400	-4.561
6.01.01.07	Provisão de juros, Variações cambiais e outros Encargos sobre Empréstimos e Débitos com terceiros	7.665	-21.206	8.850
6.01.01.09	Provisão (Reversão) de contingências ambientais	2.765	0	0
6.01.01.10	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-453	-3.771	-2.127
6.01.01.12	Resultado Equivalência Patrimonial	-1.264.909	-193.647	32.619
6.01.01.16	Provisão (Reversão) de Encargos de Energia Elétrica	0	1.433	-7.305
6.01.01.17	Provisão de Receitas com Contrato de Servidão	0	-1.600	0
6.01.01.18	Pagamento baseado em ações	0	24.770	0
6.01.01.20	Crédito PIS e COFINS (Exclusão ICMS da base de cálculo), corrigidos	-122.794	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-40.682	42.764	-27.855
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-78.126	692	-23.300
6.01.02.02	Impostos a Recuperar	43.470	5.611	-3.967
6.01.02.03	Estoques	-43.821	-3.149	-1.388
6.01.02.04	Outros Ativos	-45.526	-8.163	14.797
6.01.02.05	Fornecedores	25.644	-2.560	-930
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	19.007	18.192	-17.221
6.01.02.07	Impostos, Taxas e Contribuições	6.364	38.853	845
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social	-9.882	-8.332	-6.848
6.01.02.09	Obrigações de Benefícios aos Empregados	-105	54	-364
6.01.02.10	Outros Passivos	42.293	1.566	10.521
6.01.03	Outros	-103.962	-62.964	-113.020
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-103.962	-62.964	-113.020
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-454.715	-11.411	285.089

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02.01	Aplicações Financeiras Líquidas de Resgastes	-350.086	76.934	356.042
6.02.02	Recebimento na Aquisição de Ações de Minoritários	0	0	6.175
6.02.03	Compras de Imobilizado e Intangível	-59.126	-45.298	-38.976
6.02.05	Aquisição de participação em empresa controlada em conjunto	-8.769	-30.547	0
6.02.06	Aquisição de Participação em Empresa Controlada	-1.034	0	-38.152
6.02.07	Aporte de capital em empresa investida	-35.700	-12.500	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-689.399	-239.505	-410.826
6.03.01	Amortização de Empréstimos/Debêntures	-325.286	-157.156	-548.922
6.03.02	Pagamento de Juros e Outros Encargos sobre Empréstimos	-48.824	-30.586	-72.905
6.03.03	Dividendos Pagos	-1.365.042	-110.562	-24.985
6.03.04	Captação de Empréstimos	1.050.001	203.000	310.222
6.03.05	Recompra de ações em tesouraria	-248	-144.201	-112.429
6.03.06	Créditos com empresas ligadas	0	0	38.193
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-215.599	84.740	124.215
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	371.734	286.994	162.779
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	156.135	371.734	286.994

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	699.002	-1.154	804.599	0	222.560	1.725.007
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	699.002	-1.154	804.599	0	222.560	1.725.007
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-247	-150.282	-1.491.515	1.827	-1.640.217
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-247	0	0	0	-247
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	0	0	4.549	0	0	4.549
5.04.09	Dividendos Propostos	0	0	0	-1.491.515	0	-1.491.515
5.04.11	Dividendos Intermediários	0	0	-154.831	0	0	-154.831
5.04.13	Compra Partic. de Acionista não Controladores em Controlada Líq. Efeitos Tributários	0	0	0	0	1.827	1.827
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.984.764	219.189	2.203.953
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.984.764	0	1.984.764
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	219.189	219.189
5.05.02.11	Ganhos (Perdas) Atuariais de Plano de Benef. Pós Emprego de Controlada	0	0	0	0	5.546	5.546
5.05.02.12	Ganhos (Perdas) Atuariais de Planos de Benefícios Pós Emprego	0	0	0	0	91	91
5.05.02.14	Ajuste na Conversão de Inform. Financ. de Controlada no Exterior - Líq. dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	-25.057	-25.057
5.05.02.15	Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	0	0	0	0	240.441	240.441
5.05.02.16	IR e CS sobre ganhos(perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas	0	0	0	0	-1.801	-1.801
5.05.02.17	IR e CS sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego	0	0	0	0	-31	-31
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	493.249	-493.249	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	29.643	-29.643	0	0
5.06.05	Reserva Especial para Dividendos	0	0	29.643	-29.643	0	0
5.06.07	Reserva para Investimentos	0	0	433.963	-433.963	0	0
5.07	Saldos Finais	699.002	-1.401	1.147.566	0	443.576	2.288.743

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	699.002	-101.459	736.249	0	139.261	1.473.053
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	699.002	-101.459	736.249	0	139.261	1.473.053
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	100.305	-211.995	-87.321	0	-199.011
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-144.201	0	0	0	-144.201
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	0	0	7.738	0	0	7.738
5.04.09	Dividendos Propostos	0	0	0	-15.321	0	-15.321
5.04.11	Dividendos Intermediários	0	0	0	-72.000	0	-72.000
5.04.12	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	219.736	-219.736	0	0	0
5.04.15	Plano de outorga de ações restritas	0	24.770	3	0	0	24.773
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	367.666	83.299	450.965
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	367.666	0	367.666
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	83.299	83.299
5.05.02.11	Ganhos (Perdas) Atuariais de Plano de Benef. Pós Emprego de Controlada	0	0	0	0	-4.184	-4.184
5.05.02.12	Ganhos (Perdas) Atuariais de Planos de Benefícios Pós Emprego	0	0	0	0	442	442
5.05.02.14	Ajuste na Conversão de Inform. Financ. de Controlada no Exterior	0	0	0	0	-4.734	-4.734
5.05.02.15	Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	0	0	0	0	90.572	90.572
5.05.02.16	IR e CS sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas	0	0	0	0	1.353	1.353
5.05.02.17	IR e CS sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego	0	0	0	0	-150	-150
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	280.345	-280.345	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	18.383	-18.383	0	0
5.06.05	Reserva Especial para Dividendos	0	0	18.383	-18.383	0	0
5.06.07	Reserva para Investimentos	0	0	243.579	-243.579	0	0
5.07	Saldos Finais	699.002	-1.154	804.599	0	222.560	1.725.007

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	474.415	-33.221	872.230	0	34.096	1.347.520
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	474.415	-33.221	872.230	0	34.096	1.347.520
5.04	Transações de Capital com os Sócios	224.587	-68.238	-268.278	-41.208	37.076	-116.061
5.04.01	Aumentos de Capital	224.587	0	-224.587	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-112.429	0	0	0	-112.429
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	0	0	500	0	0	500
5.04.09	Dividendos Propostos	0	0	0	-41.208	0	-41.208
5.04.12	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	44.191	-44.191	0	0	0
5.04.13	Compra Partic. de Acionista não Controladores em Controlada Líq. Efeitos Tributários	0	0	0	0	25.285	25.285
5.04.14	Efeito de Transações com Acionistas - Líquido dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	11.791	11.791
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	173.505	68.089	241.594
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	173.505	0	173.505
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	68.089	68.089
5.05.02.11	Ganhos (Perdas) Atuariais de Plano de Benef. Pós Emprego de Controlada	0	0	0	0	-6.402	-6.402
5.05.02.12	Ganhos (Perdas) Atuariais de Planos de Benefícios Pós Emprego	0	0	0	0	-1.662	-1.662
5.05.02.14	Ajuste na Conversão de Inform. Financ. de Controlada no Exterior	0	0	0	0	34.230	34.230
5.05.02.15	Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	0	0	0	0	39.146	39.146
5.05.02.16	IR e CS sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas	0	0	0	0	2.212	2.212
5.05.02.17	IR e CS sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego	0	0	0	0	565	565
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	132.297	-132.297	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	8.675	-8.675	0	0
5.06.05	Reserva Especial para Dividendos	0	0	8.675	-8.675	0	0
5.06.07	Reserva para Investimentos	0	0	114.947	-114.947	0	0
5.07	Saldos Finais	699.002	-101.459	736.249	0	139.261	1.473.053

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	2.056.490	1.458.296	1.353.500
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.057.010	1.454.674	1.351.169
7.01.02	Outras Receitas	-973	-149	204
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	453	3.771	2.127
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-937.841	-793.842	-739.579
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-690.039	-538.652	-508.821
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-247.802	-255.190	-230.758
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.118.649	664.454	613.921
7.04	Retenções	-90.086	-87.448	-92.552
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-90.086	-87.448	-92.552
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.028.563	577.006	521.369
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.805.258	275.748	59.958
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.264.909	193.647	-32.619
7.06.02	Receitas Financeiras	113.599	74.724	88.115
7.06.03	Outros	426.750	7.377	4.462
7.06.03.02	Outros	426.750	7.377	4.462
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.833.821	852.754	581.327
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.833.821	852.754	581.327
7.08.01	Pessoal	124.394	141.338	99.864
7.08.01.01	Remuneração Direta	88.782	109.323	68.502
7.08.01.02	Benefícios	27.598	24.605	24.992
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.014	7.410	6.370
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	591.411	297.908	275.392
7.08.02.01	Federais	362.471	193.422	178.276
7.08.02.02	Estaduais	226.309	102.050	94.696
7.08.02.03	Municipais	2.631	2.436	2.420
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	133.252	45.842	32.566
7.08.03.01	Juros	102.432	33.655	66.392
7.08.03.02	Aluguéis	1.922	1.804	1.726

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.03.03	Outras	28.898	10.383	-35.552
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.984.764	367.666	173.505
7.08.04.02	Dividendos	1.491.515	87.321	41.208
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	493.249	280.345	132.297

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	6.248.208	4.508.297	3.718.821
1.01	Ativo Circulante	2.842.827	1.880.619	1.207.780
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	331.177	924.852	301.525
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.291.272	188.908	213.158
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.291.272	188.908	213.158
1.01.02.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.291.272	188.908	213.158
1.01.03	Contas a Receber	676.256	534.092	381.822
1.01.03.01	Clientes	676.256	534.092	381.822
1.01.04	Estoques	442.130	189.238	209.591
1.01.06	Tributos a Recuperar	68.187	29.165	48.858
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	68.187	29.165	48.858
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.113	1.876	2.479
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	30.692	12.488	50.347
1.01.08.03	Outros	30.692	12.488	50.347
1.02	Ativo Não Circulante	3.405.381	2.627.678	2.511.041
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	832.583	313.429	306.504
1.02.01.05	Estoques	62.657	69.714	52.923
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	142.971	172.339
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	142.971	172.339
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	769.926	100.744	81.242
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	34.232	53.361	47.305
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	693.891	15.073	11.318
1.02.01.10.05	Outros	41.803	32.310	22.619
1.02.02	Investimentos	104.995	66.961	13.325
1.02.02.01	Participações Societárias	104.995	66.961	13.325
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	104.995	66.961	13.325
1.02.03	Imobilizado	2.159.924	1.949.684	1.890.717
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.159.924	1.949.684	1.890.717
1.02.04	Intangível	307.879	297.604	300.495

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.04.01	Intangíveis	307.879	297.604	300.495

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	6.248.208	4.508.297	3.718.821
2.01	Passivo Circulante	1.796.221	1.220.159	785.077
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	160.472	120.632	63.002
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	160.472	120.632	63.002
2.01.02	Fornecedores	391.762	238.342	182.468
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	356.224	217.345	174.921
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	35.538	20.997	7.547
2.01.03	Obrigações Fiscais	420.958	215.206	73.298
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	420.958	215.206	73.298
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	325.519	117.336	40.476
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições a Pagar	95.439	97.870	32.822
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	161.824	340.730	177.566
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	69.107	274.778	167.222
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	69.107	274.778	163.203
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	4.019
2.01.04.02	Debêntures	92.717	65.952	10.344
2.01.05	Outras Obrigações	630.214	285.758	275.201
2.01.05.02	Outros	630.214	285.758	275.201
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	300.216	23.459	54.437
2.01.05.02.04	Energia Elétrica	232.112	185.386	174.180
2.01.05.02.05	Débito com Terceiros	0	1.950	300
2.01.05.02.06	Outros passivos	97.886	74.963	46.284
2.01.06	Provisões	30.991	19.491	13.542
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.411	4.999	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.411	4.999	0
2.01.06.02	Outras Provisões	22.580	14.492	13.542
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	22.580	14.492	13.542
2.02	Passivo Não Circulante	2.130.550	1.549.099	1.450.521
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.313.005	372.810	499.982

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	247.958	101.109	154.186
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	247.958	101.109	154.186
2.02.01.02	Debêntures	1.065.047	271.701	345.796
2.02.02	Outras Obrigações	91.269	818.065	605.953
2.02.02.02	Outros	91.269	818.065	605.953
2.02.02.02.03	Obrigações com Benefícios aos Empregados	51.274	56.318	50.250
2.02.02.02.05	Débito com Terceiros	0	711.015	551.388
2.02.02.02.06	Obrigações Trabalhistas	7.403	3.779	4.315
2.02.02.02.07	Outros Impostos e Contribuições a Pagar	32.248	46.454	0
2.02.02.02.09	Outros Passivos	344	499	0
2.02.03	Tributos Diferidos	631.290	317.912	296.628
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	631.290	317.912	296.628
2.02.04	Provisões	94.986	40.312	47.958
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	69.250	35.731	41.392
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	45.485	8.818	7.474
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	18.359	21.836	28.653
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	5.406	5.077	5.265
2.02.04.02	Outras Provisões	25.736	4.581	6.566
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	25.736	4.581	6.566
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.321.437	1.739.039	1.483.223
2.03.01	Capital Social Realizado	699.002	699.002	699.002
2.03.02	Reservas de Capital	-1.401	-1.154	-101.459
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.401	-1.154	-101.459
2.03.04	Reservas de Lucros	1.147.566	804.599	736.249
2.03.04.01	Reserva Legal	139.801	110.158	91.775
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	867.964	584.283	552.699
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	139.801	110.158	91.775
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	443.576	222.560	139.261
2.03.08.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial em Empresa Investida	447.367	226.411	143.404

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.03.08.02	Ganhos (Perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego - líquido dos efeitos tributários	-3.791	-3.851	-4.143
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	32.694	14.032	10.170

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.289.369	3.868.223	3.048.730
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.486.604	-2.533.636	-2.231.876
3.03	Resultado Bruto	2.802.765	1.334.587	816.854
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	141.723	-586.067	-419.323
3.04.01	Despesas com Vendas	-197.736	-175.387	-153.097
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-409.025	-381.393	-280.737
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	453.305	7.306	4.108
3.04.04.02	Ajuste de preço de aquisição	447.971	0	0
3.04.04.03	Receitas Operacionais	5.334	7.306	4.108
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	297.713	-34.251	16.910
3.04.05.03	Despesas Operacionais	297.713	-34.251	16.910
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.534	-2.342	-6.507
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.944.488	748.520	397.531
3.06	Resultado Financeiro	90.835	-147.363	-140.921
3.06.01	Receitas Financeiras	497.639	140.132	140.157
3.06.02	Despesas Financeiras	-406.804	-287.495	-281.078
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.035.323	601.157	256.610
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.031.490	-230.942	-84.252
3.08.01	Corrente	-628.087	-201.786	-129.289
3.08.02	Diferido	-403.403	-29.156	45.037
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.003.833	370.215	172.358
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.003.833	370.215	172.358
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.984.764	367.666	173.505
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	19.069	2.549	-1.147
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	19,7405	3,6197	1,742
3.99.01.02	PNA	21,7146	3,9824	1,9162
3.99.01.03	PNB	21,7146	3,9817	1,9162

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	19,7405	3,6197	1,742
3.99.02.02	PNA	21,7146	3,9824	1,9162
3.99.02.03	PNB	21,7146	3,9817	1,9162

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.003.833	370.215	172.358
4.02	Outros Resultados Abrangentes	222.206	84.612	69.109
4.02.06	Ganhos (Perdas) Atuariais de Plano de Benef. Pós Emprego de Controlada	5.623	-4.250	-6.504
4.02.07	Ganhos (Perdas) Atuariais de Plano de Benefícios Pós Emprego	91	442	-1.662
4.02.09	Ajuste na Conversão de Inform. Financ. de Controlada no Exterior	-25.448	-4.811	34.696
4.02.10	Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	243.797	92.007	39.768
4.02.12	IR e CS sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas	-1.826	1.374	2.246
4.02.13	IR e CS sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego	-31	-150	565
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	2.226.039	454.827	241.467
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.203.953	450.965	241.594
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	22.086	3.862	-127

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.289.901	1.068.636	453.590
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.849.753	1.079.099	581.449
6.01.01.01	Lucro antes do IR/CS	3.035.323	601.157	256.610
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	219.353	197.951	183.082
6.01.01.03	Efeito da Aplicação do IAS 29 (Hiperinflação)	61.821	-6.830	-62.631
6.01.01.04	Receita com créditos reembolsáveis	-7.452	0	0
6.01.01.05	Resultado na Alienação e Baixa de Ativos	1.623	968	118
6.01.01.06	Provisão (Reversão) para Demandas Judiciais	48.837	-674	2.066
6.01.01.07	Provisão de juros, Variações cambiais e outros Encargos sobre Empréstimos e Débitos com terceiros	151.141	246.897	190.975
6.01.01.09	Provisão (Reversão) de contingências ambientais	41.167	12.045	6.083
6.01.01.10	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	1.259	-1.554	897
6.01.01.11	Provisão para Ajuste de Estoque	-368	0	3.471
6.01.01.12	Resultado Equivalência Patrimonial	2.534	2.342	6.507
6.01.01.16	Provisão (Reversão) de Encargos de Energia Elétrica	0	3.627	-5.729
6.01.01.17	Provisão de Receitas com Contrato de Servidão	0	-1.600	0
6.01.01.18	Pagamento baseado em ações	0	24.770	0
6.01.01.20	Crédito PIS e COFINS (Exclusão ICMS da base de cálculo), corrigidos	-705.485	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-256.693	67.687	-10.303
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-143.423	-150.716	81.544
6.01.02.02	Impostos a Recuperar	80.688	24.727	29.666
6.01.02.03	Estoques	-241.183	2.843	-18.122
6.01.02.04	Outros Ativos	-52.469	34.414	-30.154
6.01.02.05	Fornecedores	137.197	30.760	-37.827
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	43.438	57.095	-24.963
6.01.02.07	Impostos, Taxas e Contribuições	-16.637	111.501	-20.585
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social	-122.871	-50.906	-9.846
6.01.02.09	Obrigações de Benefícios aos Empregados	3.853	-142	-5.386
6.01.02.10	Outros Passivos	54.714	8.111	25.370
6.01.03	Outros	-303.159	-78.150	-117.556

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-303.159	-78.150	-117.556
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.414.177	-151.062	293.535
6.02.01	Aplicações Financeiras Líquidas de Resgastes	-1.102.364	24.249	446.782
6.02.02	Recebimento na Aquisição de Ações de Minoritários	0	0	6.175
6.02.03	Compras de Imobilizado e Intangível	-266.310	-132.264	-159.422
6.02.05	Aquisição de participação em empresa controlada em conjunto	-8.769	-30.547	0
6.02.06	Aquisição de Participação em Empresa Controlada	-1.034	0	0
6.02.07	Aporte de capital em empresa investida	-35.700	-12.500	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.443.733	-288.158	-754.980
6.03.01	Amortização de Empréstimos/Debêntures	-1.052.919	-228.357	-868.177
6.03.02	Pagamento de Juros e Outros Encargos sobre Empréstimos	-75.525	-68.743	-223.890
6.03.03	Dividendos Pagos	-1.365.042	-110.562	-24.985
6.03.04	Captação de Empréstimos e Financiamentos	1.050.001	263.705	512.653
6.03.05	Recompra de ações em tesouraria	-248	-144.201	-112.429
6.03.07	Aquisição de participação em empresa controlada	0	0	-38.152
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-25.666	-6.089	107.838
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-593.675	623.327	99.983
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	924.852	301.525	201.542
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	331.177	924.852	301.525

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	699.002	-1.154	804.599	0	222.560	1.725.007	14.032	1.739.039
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	699.002	-1.154	804.599	0	222.560	1.725.007	14.032	1.739.039
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-247	-150.282	-1.491.515	1.827	-1.640.217	-3.424	-1.643.641
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-247	0	0	0	-247	0	-247
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	0	0	4.549	0	0	4.549	0	4.549
5.04.09	Dividendos Propostos	0	0	0	-1.491.515	0	-1.491.515	0	-1.491.515
5.04.11	Dividendos Intermediários	0	0	-154.831	0	0	-154.831	0	-154.831
5.04.13	Compra Partic. de Acionista não Controladores em Controlada Líq. Efeitos Tributários	0	0	0	0	1.827	1.827	-3.424	-1.597
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.984.764	219.189	2.203.953	22.086	2.226.039
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.984.764	0	1.984.764	19.069	2.003.833
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	219.189	219.189	3.017	222.206
5.05.02.11	Ganhos (Perdas) Atuariais de Plano de Benef. Pós Emprego de Controlada	0	0	0	0	5.546	5.546	77	5.623
5.05.02.12	Ganhos (Perdas) Atuariais de Planos de Benefícios Pós Emprego	0	0	0	0	91	91	0	91
5.05.02.14	Ajuste na Conversão de Inform. Financ. de Controlada no Exterior	0	0	0	0	-25.057	-25.057	-391	-25.448
5.05.02.15	Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	0	0	0	0	240.441	240.441	3.356	243.797
5.05.02.16	IR e CS sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas	0	0	0	0	-1.801	-1.801	-25	-1.826
5.05.02.17	IR e CS sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego	0	0	0	0	-31	-31	0	-31
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	493.249	-493.249	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	29.643	-29.643	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Especial para Dividendos	0	0	29.643	-29.643	0	0	0	0
5.06.07	Reserva para Investimentos	0	0	433.963	-433.963	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	699.002	-1.401	1.147.566	0	443.576	2.288.743	32.694	2.321.437

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	699.002	-101.459	736.249	0	139.261	1.473.053	10.170	1.483.223
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	699.002	-101.459	736.249	0	139.261	1.473.053	10.170	1.483.223
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	100.305	-211.995	-87.321	0	-199.011	0	-199.011
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-144.201	0	0	0	-144.201	0	-144.201
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	0	0	7.738	0	0	7.738	0	7.738
5.04.09	Dividendos Propostos	0	0	0	-15.321	0	-15.321	0	-15.321
5.04.11	Dividendos Intermediários	0	0	0	-72.000	0	-72.000	0	-72.000
5.04.12	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	219.736	-219.736	0	0	0	0	0
5.04.15	Plano de outorga de ações restritas	0	24.770	3	0	0	24.773	0	24.773
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	367.666	83.299	450.965	3.862	454.827
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	367.666	0	367.666	2.549	370.215
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	83.299	83.299	1.313	84.612
5.05.02.11	Ganhos (Perdas) Atuariais de Plano de Benef. Pós Emprego de Controlada	0	0	0	0	-4.184	-4.184	-66	-4.250
5.05.02.12	Ganhos (Perdas) Atuariais de Planos de Benefícios Pós Emprego	0	0	0	0	442	442	0	442
5.05.02.14	Ajuste na Conversão de Inform. Financ. de Controlada no Exterior	0	0	0	0	-4.734	-4.734	-77	-4.811
5.05.02.15	Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	0	0	0	0	90.572	90.572	1.435	92.007
5.05.02.16	IR e CS sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas	0	0	0	0	1.353	1.353	21	1.374
5.05.02.17	IR e CS sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego	0	0	0	0	-150	-150	0	-150
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	280.345	-280.345	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	18.383	-18.383	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Especial para Dividendos	0	0	18.383	-18.383	0	0	0	0
5.06.07	Reserva para Investimentos	0	0	243.579	-243.579	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	699.002	-1.154	804.599	0	222.560	1.725.007	14.032	1.739.039

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	474.415	-33.221	872.230	0	34.096	1.347.520	98.422	1.445.942
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	474.415	-33.221	872.230	0	34.096	1.347.520	98.422	1.445.942
5.04	Transações de Capital com os Sócios	224.587	-68.238	-268.278	-41.208	37.076	-116.061	-88.125	-204.186
5.04.01	Aumentos de Capital	224.587	0	-224.587	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-112.429	0	0	0	-112.429	0	-112.429
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	0	0	500	0	0	500	0	500
5.04.09	Dividendos Propostos	0	0	0	-41.208	0	-41.208	0	-41.208
5.04.12	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	44.191	-44.191	0	0	0	0	0
5.04.13	Compra Partic. de Acionista não Controladores em Controlada Líq. Efeitos Tributários	0	0	0	0	25.285	25.285	-70.260	-44.975
5.04.14	Efeito de Transações com Acionistas - Líquido dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	11.791	11.791	-17.865	-6.074
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	173.505	68.089	241.594	-127	241.467
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	173.505	0	173.505	-1.147	172.358
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	68.089	68.089	1.020	69.109
5.05.02.11	Ganhos (Perdas) Atuariais de Plano de Benef. Pós Emprego de Controlada	0	0	0	0	-6.402	-6.402	-103	-6.505
5.05.02.12	Ganhos (Perdas) Atuariais de Planos de Benefícios Pós Emprego	0	0	0	0	-1.662	-1.662	0	-1.662
5.05.02.14	Ajuste na Conversão de Inform. Financ. de Controlada no Exterior	0	0	0	0	34.230	34.230	466	34.696
5.05.02.15	Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	0	0	0	0	39.146	39.146	622	39.768
5.05.02.16	IR e CS sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas	0	0	0	0	2.212	2.212	35	2.247
5.05.02.17	IR e CS sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego	0	0	0	0	565	565	0	565
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	132.297	-132.297	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	8.675	-8.675	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Especial para Dividendos	0	0	8.675	-8.675	0	0	0	0
5.06.07	Reserva para Investimentos	0	0	114.947	-114.947	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	699.002	-101.459	736.249	0	139.261	1.473.053	10.170	1.483.223

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	7.729.160	4.829.516	3.821.248
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.735.784	4.831.339	3.827.624
7.01.02	Outras Receitas	-5.365	-3.377	-5.479
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.259	1.554	-897
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.950.370	-2.918.872	-2.617.365
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.409.539	-2.398.263	-2.133.049
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-540.831	-520.609	-484.316
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.778.790	1.910.644	1.203.883
7.04	Retenções	-219.353	-197.951	-183.082
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-219.353	-197.951	-183.082
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.559.437	1.712.693	1.020.801
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	917.079	145.167	137.460
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.534	-2.342	-6.507
7.06.02	Receitas Financeiras	497.638	140.132	140.157
7.06.03	Outros	421.975	7.377	3.810
7.06.03.02	Outros	421.975	7.377	3.810
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.476.516	1.857.860	1.158.261
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.476.516	1.857.860	1.158.261
7.08.01	Pessoal	529.892	443.267	298.667
7.08.01.01	Remuneração Direta	385.192	328.883	201.584
7.08.01.02	Benefícios	84.570	68.904	66.277
7.08.01.03	F.G.T.S.	60.130	45.480	30.806
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.479.233	721.693	428.688
7.08.02.01	Federais	1.002.790	486.405	264.897
7.08.02.02	Estaduais	450.817	218.950	151.352
7.08.02.03	Municipais	25.626	16.338	12.439
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	463.559	322.685	258.548
7.08.03.01	Juros	301.365	282.231	271.938
7.08.03.02	Aluguéis	1.947	1.828	1.748

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.03.03	Outras	160.247	38.626	-15.138
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.003.832	370.215	172.358
7.08.04.02	Dividendos	1.491.515	87.321	41.208
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	493.248	280.345	132.297
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	19.069	2.549	-1.147

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A Administração da Unipar Carbochloro S.A. (“Companhia” ou “Unipar”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, normas emitidas pela CVM e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PERFIL

A UNIPAR CARBOCLORO S.A. (B3: UNIP3, UNIP5 e UNIP6), (Fitch Ratings: AA+(bra)) (“Unipar”, “Companhia”), é uma empresa de origem brasileira, constituída em 28 de maio de 1969 com atuação no segmento químico e petroquímico através de suas três unidades produtivas localizadas estrategicamente em Cubatão (SP/Brasil), Santo André (SP/Brasil), e Bahía Blanca (Argentina) para atender à demanda do Brasil e de outros países. A Unipar também possui participação na Solalban, empresa de geração de energia na Argentina e na Tucano Holding, empresa de geração eólica de energia no Brasil.

Com atuação em setores de capital intensivo, a Unipar, desde sua fundação, contribui com o desenvolvimento industrial do Brasil, tendo o mercado de capitais e bancário como fontes de recursos financeiros e busca continuamente geração de valor aos seus acionistas e demais stakeholders. A empresa se destaca como a maior produtora de cloro/soda da América do Sul e a segunda maior na produção de PVC (policloreto de vinila), produzindo, também, o hipoclorito de sódio, ácido clorídrico, além do dicloroetano e o monocloreto de vinila, ambos utilizados exclusivamente na produção do PVC. Os produtos da Unipar são insumos para as indústrias têxteis, de papel e celulose, alimentos, bebidas, remédios, construção civil, desinfetantes e tratamento de água, dentre outros.

A empresa conta com cerca de 1.400 colaboradores e possui as certificações internacionais ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e o Atuação Responsável® para suas três plantas, tendo sido pioneira em questões de segurança e proteção ambiental. A Companhia busca assegurar transparência e equidade na divulgação de suas informações e está comprometida com as boas práticas de governança corporativa.

A estratégia corporativa está segmentada em quatro pilares: Pessoas, Excelência Operacional, Foco no Negócio do Cliente e Sustentabilidade, guiando os resultados apresentados no ano e preparando a empresa para um futuro de crescimento com a visão de ser referência global em nosso mercado de atuação e focar no crescimento com transparência e responsabilidade.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O principal indicador operacional das plantas da Unipar é sua utilização da capacidade instalada. Em 2021, a utilização da capacidade instalada na planta de Cubatão foi de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

91%, acima dos 82% registrados em 2020. Na planta de Santo André, o índice de utilização foi de 73%, considerando que, no 2º trimestre de 2021, foi realizada a parada programada no Polo Petroquímico de São Paulo. A planta de Bahía Blanca também teve uma parada programada no mês de outubro, atingindo 72% de utilização da capacidade.

Segundo dados divulgados pela ABICLOR, que congrega a maioria dos produtores nacionais de cloro/soda, a utilização de capacidade de cloro/soda no Brasil atingiu 66% de utilização em 2021, superando o valor de 52% registrado em 2020.

Em relação aos preços internacionais dos produtos comercializados pela Unipar, o preço médio de exportação da soda cáustica (base US Gulf Coast) registrou aumento de 59% em 2021 frente a 2020, em função do cenário de restrição de oferta foi predominante ao longo de 2021, com interrupções não programadas nos EUA e Europa e redução na China, decorrente do programa de conservação de energia. Para o PVC, o descolamento oferta/demanda, devido à restrição da oferta no mercado internacional, com diversas unidades no mundo ainda fora de operação por paradas não programadas / força maior resultou em um aumento de 94% no preço médio de exportação do PVC (base US Gulf Coast), em 2021, frente ao ano anterior.

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida consolidada, em 2021, foi de R\$ 6.289,4 milhões com crescimento de 62,6% em relação a 2020, impulsionada pelo crescimento dos preços internacionais do PVC e da soda cáustica e do volume de vendas de soda cáustica e clorados.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV)

No ano de 2021, o CPV consolidado foi de R\$ 3.486,6 milhões, 37,6% superior a 2020 devido ao aumento de volume e preços dos insumos, notadamente etileno e encargos sobre energia elétrica.

DESPESAS E EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As despesas com vendas consolidadas foram 12,7% superior em relação a 2020, em função, do frete decorrente do maior volume de vendas, além do aumento do custo de frete. As despesas gerais e administrativas, foram de R\$ 409,0 milhões, 7,2% superior a 2020, decorrente principalmente, de consultorias e assessorias jurídicas relacionadas aos projetos de energia (Complexo Solar de Pirapora/MG e Complexo Eólico de Cajuína/RN) e relacionados ao acordo assinado com a vendedora da Unipar Indupa SAIC, além de provisão de PLR. As outras receitas (despesas) líquidas, registraram, em 2021, a receita de R\$ 751,0 milhões proveniente do acordo realizado em dezembro/2021 com a vendedora da Unipar Indupa SAIC e de crédito referente a processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. O Resultado de Equivalência Patrimonial Consolidado, referente aos resultados de participação nas empresas de energia Solalban e Tucano Holdings III, foi negativo em R\$ 2,5 milhões.

EBITDA (calculado de acordo com a instrução CVM N° 527/12)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2021, o EBITDA consolidado foi de R\$ 3.163,8 milhões, 234,3% superior a 2020 e margem de 50,3%, resultante, principalmente dos resultados operacionais positivos e efeitos não-recorrentes (ajuste de preço de aquisição da Unipar Indupa SAIC e crédito de processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS).

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido consolidado passou de R\$ 147,4 milhões negativos em 2020 para R\$ 90,8 milhões positivos em 2021, com tais variações influenciadas pelo efeito da variação monetária positiva sobre o crédito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, parcialmente compensado pela aplicação do IAS 29, juros e demais encargos sobre empréstimos.

LUCRO LÍQUIDO

A Unipar registrou um lucro líquido consolidado de R\$ 2.003,8 milhões, 441,3% superior a 2020, tendo como efeitos não-recorrentes o crédito referente aos processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e ajuste de preço de aquisição relacionado ao acordo realizado em dezembro/2021 com a vendedora da Unipar Indupa SAIC no 4T21, além dos resultados operacionais positivos ao longo do ano.

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresentava dívida líquida consolidada, com saldo negativo em R\$ 147,6 milhões. Em 2021, a dívida bruta aumentou em 106,7% devido à 6ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 350,0 milhões, 3ª emissão de notas promissórias no valor total de R\$ 200,0 milhões e 7ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 500,0 milhões, parcialmente compensado pela amortização parcial da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, conforme cronograma original e amortização de empréstimos de capital de giro. Em dezembro/2021, a Companhia celebrou um acordo para o pré-pagamento do débito com terceiros, finalizando, assim, a dívida contraída em 2016 por ocasião da aquisição da Unipar Indupa SAIC. Neste período, o programa de recompra de ações representou uma alocação de recursos de R\$ 0,4 milhão.

SUSTENTABILIDADE

Abaixo, são apresentadas algumas ações mais recentes da Companhia que se inserem no conceito de Sustentabilidade da Companhia.

A Unipar está presente em 3 projetos de energia limpa que, a partir de 2024 atenderão cerca de 80% da energia consumida nas plantas do Brasil. O primeiro acordo de investimento para constituição de uma Joint Venture com a AES Brasil foi assinado em 2020 para geração de energia eólica no Estado da Bahia e já se encontra em construção. O segundo projeto, será uma parceria com a Atlas Renewable para geração de energia solar no Estado de Minas Gerais. No final de 2021, a Unipar divulgou mais um projeto com a AES Brasil para produção de energia eólica no Estado do Rio Grande do Norte.

Em continuidade aos investimentos sociais da Unipar, a Companhia realizou, em 2021, a seleção de projetos com foco em ações que ajudam a reduzir os impactos sociais negativos causados pela pandemia que atingem comunidades mais vulneráveis, doação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de cestas básicas às comunidades carentes no entorno das plantas, doação de água sanitária e hipoclorito de sódio para auxílio na desinfecção e disponibilização de cilindros para oxigênio. O Projeto Pescar também se destaca em seu segundo ano consecutivo como um curso socioprofissionalizante para o desenvolvimento de conhecimentos técnicos, pessoais e de cidadania aos jovens da região.

DIVIDENDOS PROPOSTOS

A Assembleia Geral Ordinária prevista para 20 de abril de 2022 irá deliberar, dentre outros assuntos, o pagamento de dividendos adicional de R\$ 250 milhões referentes ao exercício de 2021. Considerando tal aprovação, a Administração terá distribuído R\$ 1.491 milhões referentes ao exercício de 2021 e R\$ 154,8 milhões da reserva de lucros.

AUDITORES INDEPENDENTES

O respeito aos princípios de independência profissional é parte integrante das políticas da Companhia para contratação de serviços de auditoria independente. Estes princípios internacionalmente aceitos consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Atendendo ao disposto na Instrução CVM nº 381/2003, informamos que durante o exercício de 2018 foram contratados apenas serviços de auditoria e revisão das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, arquivadas na CVM.

DECLARAÇÕES DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Unipar Carbocloro S.A. ("Unipar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327 – 22º andar. Iataim Bibi - São Paulo – SP. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sobre os códigos UNIP3, UNIP5 e UNIP 6.

A Unipar tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro, derivados de cloro e soda cáustica.

A Unipar é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações ("Vila Velha"). Em 31 de dezembro de 2021 a Vila Velha possuía 17,4% (em 31 de dezembro de 2020 - 21,5%) do capital total da Unipar e 49,7% (em 31 de dezembro de 2020 - 61,5%) de suas ações ordinárias.

A Unipar é controladora da Unipar Indupa S.A.I.C. ("Indupa Argentina") e detém ações que representam 98,63% (em 31 de dezembro de 2020 - 98,44%) do capital votante desta Companhia. Em sua operação, a Indupa Argentina possui uma planta localizada na cidade de Bahía Blanca com capacidade instalada para produção de 240 mil toneladas de PVC e 186 mil toneladas de soda ("Informação não auditada pelos auditores independentes"). A Indupa Argentina também é detentora de 58% do capital social total da Solalban Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Adicionalmente, a Indupa Argentina também detém ações representativas de 100% do capital social votante e total da Unipar Indupa do Brasil S.A. ("Indupa Brasil"), proprietária de uma planta localizada na cidade de Santo André – SP, com capacidade de produção de 300 mil toneladas de PVC e 180 mil toneladas de soda, ("Informação não auditada pelos auditores independentes").

A Companhia também possui investimento em controlada em conjunto (*Joint Venture*) com a AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê") através da aquisição de 50% das ações da Tucano III como controle compartilhado com a AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê"). O Acordo de Investimento tem o objetivo a geração total de 155 MW de energia eólica, equivalentes a 78 MW médios de energia assegurada. A fazenda eólica está em construção e faz parte do complexo eólico Tucano, localizado no Estado da Bahia.

A Companhia celebrou em 16 de julho de 2021 Contrato de Outorga de Opção de Compra ("Opção de Compra") com a Atlas Lar do Sol Holding Ltda. ("Atlas Renewable Energy") para que a Companhia tenha o direito de se tornar sócia de sociedades de propósito específico ("SPEs"), após o cumprimento das condições precedentes ao negócio, com a finalidade de desenvolver projetos de geração de energia solar em estágio *greenfield* localizado na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais, em conjunto com a Atlas Renewable Energy, possibilitando, assim o regime de autoprodução de energia por equiparação ("Projeto").

O Projeto possui 239 MWp de capacidade solar instalada, sendo que 49 MW médios serão comercializados por meio de um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica de longo prazo firmado, nesta data, entre as SPEs e a Companhia, com início do período de suprimento estimado para 2024 ("PPA").

A celebração da Opção de Compra, em conjunto com o PPA, assim como a operação divulgada no Fato Relevante de 03 de setembro de 2020, são consistentes com a estratégia da Companhia de (i) diversificação de sua matriz de energia a partir de fontes renováveis; (ii) acesso a insumos que fazem parte de seu processo produtivo; e (iii) aumento da competitividade ao poder fruir dos benefícios relacionados a autoprodução de energia por equiparação. Este projeto foi aprovado pelo. As informações sobre a capacidade energética e capacidade operacional não foram auditadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

A controlada Indupa Brasil, possui um contrato de intenção de compra em uma segunda (Joint Venture) com a AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê") para construção e operação de um novo parque eólico. O projeto será desenvolvido no complexo eólico Cajuína nas cidades de Lajes, Pedro Avelino, Angicos e Fernando Pedroza, no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade eólica de 91 MW, dos quais 40 MW médios serão comercializados com a Unipar através de um contrato de compra de energia com prazo de 20 anos com início de vigência em 2024 e sob regime de autoprodução. Este projeto foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 23 de fevereiro de 2022.

A controlada Indupa Brasil implementará projeto de ampliação da produção de cloro em 29 mil toneladas ao ano, e de soda cáustica em 32 mil toneladas ao ano na planta situada em Santo André/SP. O projeto contempla, também, a construção de um forno de ácido clorídrico com capacidade de 91 mil toneladas ao ano e prevê investimentos de cerca de R\$ 100 milhões, com início estimado da operação no 2º semestre de 2023.

Desta forma, o Grupo Unipar aumentará sua capacidade instalada de produção, no Brasil, para 545 mil toneladas de cloro, 615 mil toneladas de soda cáustica e 755 mil toneladas de ácido clorídrico.

A expansão da produção está em linha com a estratégia da Companhia de fortalecimento da sua posição no mercado de cloro, soda cáustica e produtos químicos derivados. As informações sobre a capacidade energética e capacidade operacional não foram auditadas pelos auditores independentes.

COVID - 19

A Companhia está trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus ("COVID-19"), coordenado por um Comitê de Crise, reforçou os protocolos de higiene, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde ("OMS"), cancelando eventos internos e viagens adotando meios eletrônicos de comunicação, flexibilizando rotinas de trabalho para evitar aglomerações, adesão de trabalho remoto para diversos grupos de profissionais, dentre outras iniciativas.

No segundo semestre de 2020 e durante o ano de 2021 a Administração da Companhia identificou uma normalização e aumento da demanda da resina de PVC. Os produtos cloro e soda da Companhia fazem parte da cadeia de abastecimento de itens de primeira necessidade para a população, relacionados ao segmento alimentício, produtos de limpeza, higiene pessoal e hospitalar e para estes mercados foram mantidas suas previsões de produção e vendas. Em todas as análises, sendo de forma consolidada ou por planta, a administração ressalta que não há risco na continuidade de seus negócios.

Em relação as volatilidades do mercado financeiro, incluindo os efeitos de desvalorização da moeda nacional frente ao dólar americano, a Companhia conta com robusta posição de caixa e perfil de dívida alongado e controlado. Os *covenants* financeiros são monitorados frequentemente, independente da crise gerada pelo COVID-19 e todas as cláusulas estão sendo cumpridas.

Diante do atual cenário, a Administração da Companhia analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem impactar na recuperabilidade dos seus ativos e afetar a mensuração das provisões apresentadas nas referidas demonstrações financeiras por aumento de perdas esperadas ou alteração significativa aos riscos que a Companhia está exposta.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Esta revisão considerou os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram identificados efeitos significativos que deveriam estar refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais da Unipar estão identificadas como “Controladora” e as demonstrações financeiras consolidadas estão identificadas como “Consolidado”.

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia e controladas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, normas emitidas pela CVM e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

As transações em moeda estrangeira da Companhia e das controladas são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

2.3.2. Conversão das demonstrações financeiras da Indupa Argentina

As demonstrações financeiras da Indupa Argentina, incluídas na consolidação foram elaboradas em pesos argentinos, que é sua moeda funcional e foram convertidas para reais conforme a seguir:

- Os saldos ativos e passivos foram convertidos à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2021 e de 2020;
- As contas de resultado foram convertidas pela taxa final para os exercícios apresentados;

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

- Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação das transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

Taxa final	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Peso argentino	0,05	0,06

2.4. Consolidação e aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram considerados os resultados da controlada direta Indupa Argentina e indireta Indupa Brasil.

- A Companhia aplicou o CPC 42 (IAS 29) – “Contabilidade em economia hiperinflacionária” como prática contábil para fins de Contabilidade e Evidenciação de Economia Altamente Inflacionária, seguindo a metodologia aplicada para estas demonstrações financeiras.

O índice utilizado para cálculo do ajuste por inflação é divulgado pela *Federación de Consejos Profesionales de Argentina* (FACPCE). A variação acumulada da inflação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de 50,94% (em 31 de dezembro de 2020 – 36,14%).

2.5. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de março de 2022.

3. Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Tais ativos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses recursos são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas.

3.2. Ativo Mantido para Venda

Para qualquer tipo de imóvel recebido em garantia para pagamento de títulos vencidos de clientes inadimplentes, o seu registro na Companhia segue a orientação do CPC 31 - ativo não circulante mantido para venda.

Quanto à classificação de ativo não circulante como mantido para venda:

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

A entidade deve classificar um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil for recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo;

Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano.

O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado.

Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da entidade e se houver evidência suficiente de que a entidade continua comprometida com o seu plano de venda do ativo.

A entidade deve mensurar o ativo ou o grupo de ativos não circulantes classificados como mantidos para venda pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

3.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

3.3.1. Ativos financeiros

Conforme o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; ou valor justo por meio de resultado.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

a) Instrumentos patrimoniais ao valor justo e outros resultados abrangentes

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado a menos que os dividendos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a Valor Justo por meio do Resultado:

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado a Valor Justo Outros Resultados Abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a Valor Justo por meio do Resultado:

É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados da seguinte forma:

Custo amortizado

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e

Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

b) Custo amortizado e método da tarifa efetiva de juros

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Receitas financeiras – receita de equivalentes de caixa e Títulos e Valores mobiliários” (nota explicativa nº 29).

c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de hedge designada. O valor justo é determinado da maneira descrita na nota explicativa nº 2.2.

A Companhia não designou instrumentos da dívida ao valor justo por meio do resultado.

Note-se que a Companhia também não possui ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

3.3.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“*Impairment*”).

Uma provisão para “*Impairment*” é reconhecida na ocorrência de um ou mais eventos, após o reconhecimento inicial dos ativos, que possam afetar negativamente seus fluxos de caixa futuros estimados. O efeito negativo nesses fluxos de caixa deve ser estimado de maneira confiável.

Os principais indicadores usados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por “*Impairment*” incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

- Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira que afete negativamente os fluxos de caixa esperados para o ativo; e
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por “*Impairment*” é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados. Na determinação destes fluxos de caixa, excluem-se os prejuízos de crédito futuro ainda não incorridos e é utilizada a taxa de desconto original dos ativos financeiros. No caso de empréstimos e recebíveis, a provisão para “*Impairment*”, também chamada de provisão para créditos de liquidação duvidosa, é registrada quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de arrecadar todos os valores devidos na transação.

Se, em um período subsequente, uma melhoria nos indicadores apontar para a diminuição ou mesmo eliminação da perda por “*Impairment*”, a reversão dessa perda registrada anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado.

Além da prática citada acima a Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”) sobre valores a receber de clientes. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do instrumento financeiro.

A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil para contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos dos devedores. Historicamente, a perda de crédito da Companhia mostra-se irrelevante, havendo perdas para clientes que eventualmente decretam falência ou recuperação judicial. Para esses casos pontuais, a Companhia reconhece PCE de 100% do saldo em aberto e cessa vendas de produtos.

3.3.3. Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”.

3.3.4. Passivos Financeiros

Os instrumentos da dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado consideram o método da taxa de juros efetiva. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

3.3.5. Passivo financeiro subsequentemente mensurado ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

3.3.5.1. Ganho ou perda de variação cambial

Para passivos financeiros denominados em moeda estrangeira e mensurados ao custo amortizado no final de cada período de relatório, os ganhos ou as perdas de variação cambial são determinados com base no custo amortizado dos instrumentos. Esses ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na rubrica "Variações cambiais" no resultado financeiro (nota explicativa nº 29) para passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada. Para aqueles designados como instrumento de hedge para proteção contra o risco de câmbio, os ganhos e as perdas de variação cambial são reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados em um componente separado do patrimônio.

Valor justo dos passivos financeiros denominados em moeda estrangeira é determinado naquela moeda estrangeira e convertido com base na taxa à vista no encerramento do exercício. Para passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, o componente de câmbio é parte integrante dos ganhos ou perdas de valor justo e é reconhecido no resultado para passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada.

3.3.5.2. Baixa de passivo financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, substituída, cancelada, alterada ou expirar.

A companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Quando a Companhia e suas controladas permutam com o credor existente um instrumento da dívida por outro com termos e condições substancialmente diferentes, essa permuta é contabilizada como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo financeiro. Igualmente, a Companhia e suas controladas contabilizam a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. Os termos e as condições são considerados substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos e condições, incluindo eventuais honorários pagos líquidos dos honorários recebidos e descontados usando a taxa original efetiva, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa remanescente do passivo financeiro original. Se a modificação não for substancial, a diferença

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

entre: (i) o valor contábil do passivo antes da modificação; e (ii) o valor presente dos fluxos de caixa após a modificação é reconhecido no resultado como ganho ou perda de modificação em “Outros ganhos e perdas”.

3.4. Estoques

São registrados ao custo de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda, utilização na operação ou por ajuste a valores de mercado.

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, se aplicável, pelos custos diretos de mão-de-obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e custos necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques.

3.5. Tributos a recuperar

São registrados ao custo histórico e, se aplicável, corrigidos conforme a legislação vigente.

3.6. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais feitos para garantir disputas nas quais a Companhia encontra-se no polo passivo e cuja probabilidade de perda da causa é provável encontram-se apresentados no grupo de provisões para demandas judiciais, como contas redutoras dos passivos constituídos. Os demais depósitos encontram-se classificados no ativo da Companhia.

3.7. Ativos intangíveis de vida útil definida

Os principais ativos classificados nesta categoria referem-se aos softwares e representam os gastos diretamente associados e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. As taxas de depreciação estão descritas na nota explicativa nº14. Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada que é calculada pelo método linear durante a vida útil do ativo. Os custos de aquisição/construção incluem gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições necessárias para seu uso. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos adquiridos para locação inclui os custos diretos para disponibilizar os ativos no local e em condições necessárias para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. O custo de ativos construídos pelas próprias Companhias inclui o custo de materiais e mão de obra direta.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para as Companhias e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrente são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que as Companhias obterão a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As Taxas de depreciação de cada grupo de itens do ativo imobilizado são demonstradas na nota explicativa nº 13.

3.9. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização. Tais ativos são testados anualmente para verificar se há evidências de perdas não recuperáveis (*Impairment*) de seu valor. Para os ativos que estão sujeitos à amortização, o teste de *Impairment* é feito sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O teste de *Impairment* compara o valor contábil do ativo com seu valor recuperável. Este último é definido como o maior montante entre preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Quando o valor recuperável de um ativo é menor do que seu valor contábil, é constituída provisão para perdas, em contrapartida ao resultado do exercício. No caso do ágio, qualquer provisão para perdas constituída é irreversível. Para os demais ativos não financeiros, caso os testes indiquem que a provisão para *Impairment* não é mais necessária, essa provisão pode ser revertida.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, resultante de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar esta obrigação. Além dos pré-requisitos já citados, uma provisão deve ser constituída somente quando uma estimativa confiável do valor da saída de recursos puder ser preparada.

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para reestruturação são reconhecidas quando a Companhia traça um plano formal detalhado para a reestruturação e cria naqueles afetados pelo plano uma expectativa válida de que a reestruturação será iniciada com a implementação do plano ou o anúncio dos seus principais aspectos. A mensuração da provisão para reestruturação inclui apenas os gastos diretos resultantes da reestruturação, que são aqueles valores necessariamente resultantes da reestruturação e não associados às atividades em andamento da entidade.

3.11. Benefícios aos empregados

3.11.1. Benefícios de curto prazo a empregados

3.11.1.1. Participação nos lucros

A Companhia provisiona o valor estimado da participação de empregados nos lucros, em contrapartida ao resultado do exercício. O cálculo da provisão leva em consideração as metas divulgadas aos colaboradores e os resultados atingidos pela Companhia.

3.11.2. Benefícios pós emprego

3.11.2.1. Benefícios na modalidade de contribuição definida

A Companhia possui plano de pensão na modalidade de contribuição definida segundo o qual faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar eventuais benefícios futuros esperados pelos empregados. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

3.11.2.2. Benefícios na modalidade de benefício definido

A Companhia possui planos com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil utilizada para os planos de pensão de benefício definido. A Companhia tem obrigações legais para suportar em caso de déficit destes planos. As obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

em “Outros resultados abrangentes” e não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado

3.11.3. Benefícios de longo prazo

3.11.3.1. Gratificação por Tempo de Serviço

A Companhia possui plano de gratificação por tempo de casa com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados ao longo do tempo, além das reavaliações anuais realizadas por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em “Outros resultados abrangentes” e não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado.

3.11.4. Benefícios rescisórios

3.11.4.1. Benefícios na modalidade de benefício definido

A Companhia possui plano com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados ao longo do tempo, além das reavaliações anuais realizadas por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em “Outros resultados abrangentes” e não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado.

3.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

3.12.1. Impostos Correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia e suas controladas são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

3.12.2. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em joint ventures, exceto quando a Companhia for capaz de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

3.13. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- Quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da Companhia não se modifiquem como resultado do contrato);

Quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

3.14. Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais

Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registradas como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis, há expectativa de saídas de recursos para saná-los e o custo pode ser razoavelmente estimado, através de discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida.

O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

3.15. DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.16. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório somente é provisionado na data de sua aprovação, em Assembleia Geral de Acionistas, ou na data de seu pagamento, se for anterior. Na demonstração de fluxo de caixa apresentamos como componente das atividades de financiamento.

3.17. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. O valor contábil desses investimentos inclui o desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio.

Nas demonstrações financeiras consolidadas as controladas são integralmente consolidadas e a participação de não controladores é apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle foi obtido.

Quando necessário, as demonstrações financeiras de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às estabelecidas pela Companhia. Todas as transações e saldos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

Controlada em conjunto (joint venture) é um acordo conjunto por meio do qual as partes, que detêm o controle em conjunto do acordo contratual, têm direitos sobre os ativos líquidos desse acordo.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, o investimento em controlada em conjunto é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado pelo método de aquisição e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado.

O investimento na controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se tornou uma controlada em conjunto. Na aquisição do investimento de controlada em conjunto, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida deve ser reconhecido como ágio, que deve ser incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

As exigências da IAS 36 (CPC 01 (R1)) são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia em uma controlada. Quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 (CPC 01 (R1)) como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo da alienação) com seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas não são alocadas a qualquer ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 (CPC 01 (R1)) na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

Quando uma entidade da Companhia realizar transação com coligada do grupo, os lucros e prejuízos resultantes da transação com a coligada serão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia somente na extensão das participações na coligada que não estejam relacionadas ao grupo.

- Aquisição de investimento controlado em conjunto

Conforme mencionado acima, a aquisição de investimento em controlada em conjunto foi contabilizada pelo método de aquisição. A contraprestação transferida foi mensurada ao valor justo na data de aquisição do controle compartilhado. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis foram reconhecidos pelo valor justo.

3.18. Transações com pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga do acordo de pagamento baseado em ações concedido ao empregado é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que o empregado adquire incondicionalmente o direito ao benefício conforme detalhada na nota explicativa nº24.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

3.19. Pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos

A Companhia, com base no CPC 3 (R2), optou em reconhecer os juros pagos sobre empréstimos nas atividades de financiamento em sua demonstração de fluxo de caixa, considerando que são custos de obtenção de recursos financeiros e não relacionados como forma de retorno para sua operação.

3.20. Informação por segmento

A Administração da Companhia, responsável por tomar decisões operacionais, alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada das decisões estratégicas, analisa a Companhia como segmento operacional único, considerando principalmente que os processos de produção e natureza dos produtos são semelhantes.

3.21. IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

a) Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros

Fase 1 da Reforma da Taxa de Juros de Referência —Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7).

Estas alterações modificam requerimentos específicos de contabilidade hedge para permitir manter a contabilidade de hedge, para os hedges impactados, durante o período no qual os objetos de hedge ou instrumentos de hedge são alterados como consequência da reforma do índice de referência da taxa de juros.

Fase 2 da Reforma da Taxa de Juros de Referência—Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16

A adoção dessas alterações permite refletir os efeitos da transição das taxas interbancárias (“interbank offered rates – IBOR”) para taxas de juros de referência alternativas (também denominadas taxas livres de risco ou “risk free rates – RFRs”) sem resultar em impactos contábeis que não forneceriam informações úteis para os usuários das demonstrações financeiras.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e concluiu que o mesmo não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19

No exercício anterior a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. Esse expediente prático estava disponível para concessões de aluguel para as quais qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afetava os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021. Em março de 2021, o Board emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (Alterações à IFRS 16) que estende o expediente prático para aplicação a esses pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e concluiu que o mesmo não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.22. IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

a) IFRS 17 - Contratos de Seguro

A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).

b) Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture

Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou *joint venture* contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou *joint venture*. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou *joint venture* contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou *joint venture*.

c) Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

d) Alterações à IFRS 3 – Combinações de negócios - Referência à Estrutura Conceitual

As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2022.

e) Alterações à IAS 16 – Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido

As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 - Estoques.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.

As alterações são aplicadas retrospectivamente, mas apenas para itens do imobilizado que são levados ao local e na condição necessária para que os mesmos sejam capazes de operar da maneira pretendida pela Administração no ou após o início do primeiro período apresentado nas demonstrações financeiras no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez.

A entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) no início do primeiro período apresentado.

f) Alterações à IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato

As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.

g) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 - Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos e IAS 41 - Agricultura

As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas.

- IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou *joint venture* que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a).

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez.

- IFRS 16 - Arrendamentos

A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.

- IAS 41 - Agricultura

A alteração exclui a exigência na IAS 41 para as entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 às exigências na IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada.

A alteração é aplicável prospectivamente, isto é, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.

h) Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis

As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis relevantes”. As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só.

O Board preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do “processo de materialidade em quatro passos” descrito na Declaração Prática 2 da IFRS.

i) Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro— Definição de Estimativas Contábeis

A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro;
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

O Board acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O Board excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações.

j) Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

O Board acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:
 - Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento
 - Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo
- O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

3.23. Principais julgamentos contábeis e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos anualmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem risco significativo de sofrer ajustes relevantes quando da apuração dos resultados reais estão apresentadas a seguir:

a) Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus funcionários que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto etc.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria/desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

b) Provisões para processos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

c) Impairment de ativos não financeiros

A determinação do valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada em métodos de fluxo de caixa descontado, bem como às projeções de fluxos de caixa futuros esperados. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os principais ativos não financeiros sujeitos à avaliação de *Impairment* são os ativos imobilizado e intangível.

d) Recuperabilidade de créditos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade desses créditos

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	12.544	1.533	38.418	10.852
Aplicações financeiras de curto prazo	143.591	370.201	292.759	914.000
	156.135	371.734	331.177	924.852

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, estão sujeitos a um risco insignificante de mudança em seu valor e têm possibilidade de resgate a qualquer momento.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Cotas de Fundos de Investimentos	<u>402.732</u>	<u>52.646</u>	<u>1.291.272</u>	<u>188.908</u>
Circulante	<u>402.732</u>	<u>52.646</u>	<u>1.291.272</u>	<u>188.908</u>

Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI com baixo risco de crédito.

Os fundos de investimentos no consolidado representam 76% da carteira de aplicações financeiras, sendo 2% investido em fundo multimercado e 74% representado por fundos referenciados ao CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento. Mesmo com esta possibilidade, esses saldos estão fora do grupo de equivalentes de caixa por decisão de gestão de tesouraria da Companhia.

Os fundos de investimentos na controladora representam 74% da carteira de aplicações financeiras, sendo 4% investido em fundo multimercado e 70% representado por fundos referenciados ao CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Nacionais	<u>172.464</u>	<u>106.278</u>	<u>633.497</u>	<u>572.724</u>
Exterior	<u>139</u>	<u>-</u>	<u>100.589</u>	<u>21.759</u>
Partes relacionadas (Nota10)	<u>46.484</u>	<u>34.684</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(6.733)</u>	<u>(7.186)</u>	<u>(57.830)</u>	<u>(60.391)</u>
	<u>212.354</u>	<u>133.776</u>	<u>676.256</u>	<u>534.092</u>
Circulante	<u>173.595</u>	<u>105.132</u>	<u>676.256</u>	<u>534.092</u>
Não circulante	<u>38.759</u>	<u>28.644</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A composição das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Títulos a vencer	<u>161.215</u>	<u>97.460</u>	<u>655.631</u>	<u>517.176</u>
Títulos vencidos:				
Até 90 dias	<u>4.040</u>	<u>1.270</u>	<u>17.419</u>	<u>10.516</u>
De 91 a 180 dias	<u>520</u>	<u>1.392</u>	<u>826</u>	<u>2.509</u>
A partir de 180 dias	<u>6.828</u>	<u>6.156</u>	<u>60.210</u>	<u>64.282</u>
	<u>172.603</u>	<u>106.278</u>	<u>734.086</u>	<u>594.483</u>
Partes Relacionadas	<u>46.484</u>	<u>34.684</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(6.733)</u>	<u>(7.186)</u>	<u>(57.830)</u>	<u>(60.391)</u>
Total da carteira de clientes	<u>212.354</u>	<u>133.776</u>	<u>676.256</u>	<u>534.092</u>

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”) para contas a receber de clientes é a seguinte:

Notas Explicativas**Unipar Carbocloro S.A.**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	(7.186)	(10.957)	(60.391)	(64.520)
Adições	-	(1.705)	(1.734)	(4.443)
Reversões	453	21	475	542
Baixa	-	5.455	-	5.455
Ajustes de conversão	-	-	3.820	2.575
Saldo Final	(6.733)	(7.186)	(57.830)	(60.391)

Historicamente o percentual de perda de crédito esperada da Companhia e suas controladas, para os títulos vencidos até 90 dias aproxima-se de zero. Para os títulos vencidos acima de 90 dias não renegociados e ou clientes que eventualmente decretam falência ou entram em recuperação judicial, a Companhia reconhece perdas de crédito esperadas de 100% do saldo em aberto. A parcela mais significativa de PCLD é composta de casos excepcionais de poucos clientes que decretaram falência ou entraram em recuperação judicial.

As adições e reversões da PCLD são registradas no resultado como “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”. Os valores da provisão são baixados, em conjunto com as contas a receber correspondentes, quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRRF/ IRPJ e CSLL a recuperar	-	3.054	6	15.004
ICMS	11.045	10.204	23.338	22.551
PIS e COFINS	145.576	-	728.267	-
INSS a compensar	1.874	1.874	1.874	1.874
Títulos de precatórios	1.373	1.373	1.373	1.373
IVA e outros créditos fiscais - Argentina	-	-	4.744	1.744
Restituições a exportações - Argentina	-	-	1.763	1.287
Outros	537	300	713	405
	160.405	16.805	762.078	44.238
Circulante	55.676	8.938	68.187	29.165
Não circulante	104.729	7.867	693.891	15.073

IRRF/ IRPJ/CSLL: Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre operações financeiras e antecipação/ saldo negativo de imposto de renda e contribuição social, realizáveis com imposto de renda e contribuição a pagar sobre os lucros ou compensáveis com outros tributos federais no caso dos saldos negativos. Em dezembro de 2021 na controladora e na controlada Indupa Brasil foi utilizado IRRF no valor de R\$ 7.320 e R\$ 6.000 respectivamente, para deduzir o valor do IRPJ a ser recolhido.

ICMS: Referem-se a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante com prazo de amortização de 1/48 avos.

PIS/COFINS: Refere-se ao crédito sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo, sendo na controladora um processo do período de novembro de 2001 a setembro de 2006 conforme requerimento no montante principal de R\$ 34.930 e correção monetária no montante de R\$ 54.742, sendo que este processo já teve o trânsito em julgado e homologação pela Receita Federal para compensação do crédito (compensado em 2021 R\$ 40.848) e outro processo do período de março de 2017 a outubro de 2021 com trânsito em julgado favorável, porém aguardando o deferimento do

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

pedido de habilitação do crédito pela Receita Federal. Este segundo processo está reconhecido no montante principal de R\$ 87.864, e correção monetária no montante de R\$ 8.888. Na controlada Indupa do Brasil temos um processo do período de março de 2003 a outubro de 2021 no montante principal de R\$ 364.388 e correção monetária no montante de R\$ 218.303. Para o registro dos dois processos que não temos o trânsito em julgado, reconhecemos com base na decisão modulada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em maio de 2021 que esclareceu que a base de cálculo deve ser sem o ICMS destacado. A Companhia concluiu o reconhecimento dos valores em questão com base no levantamento histórico das bases de cálculo aplicáveis. No consolidado o montante principal é de R\$ 487.182 (compensado em 2021 R\$ 40.848) e correção monetária no montante de R\$ 281.933. Na controladora a expectativa de utilização total do crédito ocorrerá ainda no ano de 2022 e no consolidado a utilização ocorrerá até o ano de 2025.

INSS a compensar: Refere-se a pagamentos realizados para liquidação do parcelamento de débitos previdenciários conforme adesão da reabertura do REFIS, artigo 17 da Lei nº 12.865/2013, porém devido ao indeferimento da consolidação do parcelamento, solicitamos a restituição dos valores pagos.

Restituições a exportações: Refere-se à restituição de impostos alfandegários cobrados pela importação da matéria-prima utilizada pela controlada Indupa Argentina para a fabricação do produto exportado.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Matérias-primas	35.376	13.138	91.192	47.262
Produtos em processo	5.303	3.935	42.603	19.318
Produtos acabados	17.503	7.638	199.792	62.022
Materiais auxiliares e embalagens	13.377	5.279	59.264	30.921
Materiais de manutenção e reparos	33.750	31.497	111.936	99.429
	105.309	61.487	504.787	258.952
Circulante	79.609	39.446	442.130	189.238
Não circulante	25.700	22.041	62.657	69.714

Os materiais de manutenção e reparos são itens mantidos para assegurar a continuidade das operações das plantas em caso de avarias eventuais nas máquinas e equipamentos da produção e em função do giro são classificados como circulante ou não circulante.

9. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Tributários	33.002	52.161	33.002	52.161
Cíveis	-	-	40	40
Trabalhistas	1.190	1.160	1.190	1.160
	34.192	53.321	34.232	53.361
Não circulante	34.192	53.321	34.232	53.361

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Controladora	2019	Atualização monetária		2020	Adições	Baixas	Transferências de depósitos sobre demandas judiciais estornadas		Atualização monetária	2021
		2019	2020				2019	2020		
Tributários	46.210	5.950		52.160	8.156	(26.780)	(1.446)	912	33.002	
Trabalhistas	1.054	107		1.161	-	-	-	29	1.190	
	47.264	6.057		53.321	8.156	(26.780)	(1.446)	941	34.192	

Consolidado	2019	Adições	Baixas	Atualização monetária		2020	Adições	Baixas	Transferências de depósitos sobre demandas judiciais estornadas		Atualização monetária	2021
				2019	2020				2019	2020		
Tributários	46.210	-	-	5.950	52.160	8.156	(26.780)	(1.446)	912	33.002		
Trabalhistas	1.054	-	-	107	1.161	-	-	-	29	1.190		
Cíveis	41	46	(47)	-	40	-	-	-	-	40		
	47.305	46	(47)	6.057	53.361	8.156	(26.780)	(1.446)	941	34.232		

Na Controladora o montante dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 é composto, substancialmente, pelos seguintes processos:

a) *PER/DCOMPS não homologadas pela Receita Federal*

R\$ 438 (R\$ 28.117 em 31 de dezembro de 2020) para garantir disputa de causa de natureza passiva com probabilidade de perda avaliada pelos consultores jurídicos como remota. Em agosto de 2021 teve decisão favorável a Companhia, sendo levantado o valor parcial de R\$ 26.530. Já em dezembro de 2021 houve o valor de R\$ 1.446 foi convertido em renda a favor da União, ficando um saldo remanescente a ser levantado a favor da Companhia. R\$ 8.249 (sem valor em 31 de dezembro de 2020) refere-se a compensações de Pis e Cofins do exercício de 2015, avaliada pelos consultores jurídicos como possível.

b) *Goyana S.A. Indústrias de Matérias Plásticas ("Goyana")*

R\$ 14.764 (R\$ 14.444 em 31 de dezembro de 2020) de cinco causas de sua ex-controlada Goyana onde a Companhia é colocada no polo passivo e solicita sua exclusão, avaliadas pelos consultores jurídicos como possível.

c) *Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")*

R\$ 9.393 (R\$ 9.095 em 31 de dezembro de 2020) refere-se à correção monetária das parcelas do IRPJ, Imposto de Renda sobre o Lucro líquidos e Contribuição social sobre Lucro Líquido, todos apurados no exercício de 1990.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

10. Partes Relacionadas

	2020						2020			
	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante		Passivo Circulante		Transações			
	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Contas a receber de clientes	Créditos com Empresas ligadas	Fornecedores	Outros Passivos / Energia elétrica	Vendas	Compras	Gastos compartilhados	Receita Financeira (Juros / Variação Cambial)
Na Controladora										
Controlada direta - Indupa Argentina	-	-	28.644	213.500	-	(3.774)	-	(5.514)	14.677	52.274
Controlada indireta - Indupa Brasil	6.040	-	-	-	(181)	-	18.359	-	23.457	-
No Consolidado										
Controlada em conjunto - Solalban	-	3.049	-	-	-	(18.643)	12.177	(78.697)	-	-
Total	6.040	3.049	28.644	213.500	(181)	(22.417)	30.536	(84.211)	38.134	52.274

	2021						2021				
	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante		Passivo Circulante		Transações				
	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Contas a receber de clientes	Créditos com Empresas ligadas	Fornecedores	Outros Passivos / Energia elétrica	Vendas	Compras	Gastos compartilhados	Receita Financeira (Juros / Variação Cambial)	
Na Controladora											
Controlada direta - Indupa Argentina	-	2.623	47.253	38.759	245.516	-	(15.869)	-	(5.855)	12.842	20.087
Controlada indireta - Indupa Brasil	7.725	3.303	-	-	-	(83)	(72)	101.373	(114)	18.955	-
No Consolidado											
Controlada em conjunto - Solalban	-	3.394	-	-	-	-	(29.810)	13.451	(138.030)	-	-
Total	7.725	9.320	47.253	38.759	245.516	(83)	(45.751)	114.824	(143.999)	31.797	20.087

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

A controlada em conjunto Tucano III, para exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não realizou nenhum tipo de operação com a Companhia.

A venda de produtos a partes relacionadas é feita de acordo com a lista de preços normalmente usada pelo grupo Unipar. As aquisições são feitas pelo preço de mercado descontado para refletir a quantidade de produtos adquiridos e o relacionamento entre as partes. Os valores em aberto não são segurados e serão liquidados em caixa. Não foram dadas nem recebidas garantias. Nenhuma provisão para devedores duvidosos foi reconhecida com relação aos valores devidos pelas partes relacionadas. A Companhia incorre em determinadas despesas corporativas, principalmente com remuneração de alguns colaboradores, que são rateadas entre a Controladora Unipar Carbocloro S.A. e suas controladas direta e indireta.

Créditos com empresas ligadas referem-se a conversão do aporte de capital em mútuo originalmente no valor de US\$ 46 milhões em 2019 com taxa de juros de 3% ao ano, amortizado parcialmente e demais amortizações a partir de 2027. Adicionalmente em dezembro de 2021 foi constituído crédito no valor de US\$10 milhões com taxa de juros de 3% ao ano, a ser amortizado em 5 parcelas anualmente em dezembro com início em 2022 até 2026.

Garantias

A Companhia, através de Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de abril de 2021, aprovou a prestação de garantia fidejussória (“Garantia”) em favor da Siemens Gamesa Energia Renovável Ltda. (“Siemens”), por meio de celebração do *Parent Company Guarantee*, limitado a 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor do valores devidos pelas Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A., Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. e Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A., sociedades cujo controle indireto é compartilhado pela Companhia, nos termos do *Turbine Supply Agreement* celebrado com a Siemens e respectivos instrumentos acessórios (“Contrato de fornecimento”), percentual aquele correspondente a até R\$ 250.000. A garantia permanecerá vigente até 09 de maio de 2022 ou até que todas as obrigações das devedoras no contrato de fornecimento sejam cumpridas. Adicionalmente para este mesmo projeto a Companhia também é garantidora, de acordo com a sua participação de 50%, de emissões de Debêntures pela Tucano Holding III S.A. no valor de R\$ 200.000 em série única com vencimento em um prazo de 20 anos.

Remuneração consolidada do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga a esses membros está a seguir demonstrada:

	<u>2021</u>	<u>Controladora</u> <u>2020</u>
Salários e benefícios de curto prazo	24.499	29.578
Remuneração baseada no plano de outorga de ações restritas	-	24.770
Encargos oriundos da remuneração baseada no plano de outorga de ações restritas	-	16.233
	<u>24.499</u>	<u>70.581</u>

O plano de outorga de ações restritas está descrito conforme nota explicativa nº 24.

A Companhia possui contratos para a prestação de serviços de consultoria econômica e assessoramento financeiro com a Essentia Partners Assessoria Ltda. (“Essentia Partners”). Um dos integrantes do conselho da administração da Companhia, faz parte do quadro societário da

Notas Explicativas**Unipar Carbocloro S.A.**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Essentia Partners, e os valores das transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizam R\$ 16.446 (R\$ 4.807 em 31 de dezembro de 2020).

Transações ou relacionamentos com acionistas referentes a arrendamento de imóveis

A Companhia mantém um contrato de locação de imóvel administrativo com empresa Locuncatun Serviços Financeiros Ltda pertencente a um acionista e membro do conselho de administração. O valor do aluguel reconhecido no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 410 (R\$ 381 em 31 de dezembro de 2021). O contrato foi aprovado pelo Conselho de Administração e teve início em fevereiro de 2019 com vencimentos até 2024.

11. Outros Ativos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamentos a fornecedores	5.453	3.538	22.976	4.555
Adiantamentos a empregados	612	699	1.888	1.359
Créditos a receber na venda de ativos (1)	-	-	21.742	22.611
Reembolso vinculado a contrato (2)	20.055	9.691	20.055	9.691
Reclamações de seguros	238	-	473	915
Despesas Corporativas	5.926	-	3.394	3.049
Demais ativos	1.337	1.626	1.967	2.618
	33.621	15.554	72.495	44.798
Circulante	13.566	5.862	30.692	12.488
Não circulante	20.055	9.692	41.803	32.310

(1) Imóveis recebidos em contrapartida de contas a receber, ainda em processo de transferência de propriedade.

(2) Reembolso vinculado a contrato de aquisição de controladas.

12. Investimentos

Investidas	Relação	Patrimônio Líquido em 31/12/2021	Lucro (Prejuízo) 2021	% Participação	Controladora	
					2021	2020
<i>Controlada</i>						
Indupa Argentina	Direto	2.241.247	1.285.003	98,63	2.210.442	725.226
Mais valia de ativos (1)					135.551	160.236
<i>Controlada em conjunto</i>						
Tucano Holdings III	Direto	174.982	(1.128)	50,00	87.491	52.355
Total					2.433.484	937.817
Investidas	Relação	Patrimônio Líquido em 31/12/2021	Lucro (Prejuízo) 2021	% Participação	Consolidado	
					2021	2020
<i>Controladas em conjunto</i>						
Tucano Holdings III	Direto	174.982	(1.128)	50,00	87.491	52.355
Solalban	Indireto	30.179	(3.395)	58,00	17.504	14.606
					104.995	66.961

(1) O saldo da mais valia de ativos no consolidado é reclassificado para o imobilizado distribuído entre as linhas terrenos, edificações e construções, equipamentos e instalações, veículos e móveis e utensílios.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Controladora	2019	Ajustes de conversão	Adição / Aumento de Capital em Controlada	Equivalência patrimonial		Amortização	2020
				Equivalência no resultado do período	Equivalência (Outros Resultados Abrangentes)		
Indupa Argentina	451.928	90.572	-	193.911	(11.185)	-	725.226
Mais Valia	187.813	5.485	-	-	-	(33.062)	160.236
Tucano Holdings III	-	-	52.619 (1)	(264)	-	-	52.355
Total	639.741	96.057	52.619	193.647	(11.185)	(33.062)	937.817

Controladora	2020	Ajustes de conversão	Adição / Aumento de Capital em Controlada	Equivalência patrimonial		Amortização	Recebimento	2021
				Equivalência no resultado do período	Equivalência (Outros Resultados Abrangentes)			
Indupa Argentina	725.226	240.442	3.538	1.265.473	(24.237)	-	-	2.210.442
Mais Valia	160.236	4.432	449.944 (2)	-	-	(29.381)	(449.680) (2)	135.551
Tucano Holdings III	52.355	-	35.700	(564)	-	-	-	87.491
Total	937.817	244.874	489.182	1.264.909	(24.237)	(29.381)	(449.680)	2.433.484

Consolidado	2019	Ajustes de conversão	Adição / Aumento de Capital em Controlada	Equivalência patrimonial		2020
				Equivalência no resultado do período	Efeito de Aplicação da IAS 29	
Tucano Holdings III	-	-	52.619 (1)	(264)	-	52.355
Solalban	13.325	(1.068)	-	(2.078)	4.427	14.606
Total	13.325	(1.068)	52.619	(2.342)	4.427	66.961

Consolidado	2020	Ajustes de conversão	Adição / Aumento de Capital em Controlada	Equivalência patrimonial		2021
				Equivalência no resultado do período	Efeito de Aplicação da IAS 29	
Tucano Holdings III	52.355	-	35.700	(564)	-	87.491
Solalban	14.606	(1.686)	-	(1.970)	6.554	17.504
Total	66.961	(1.686)	35.700	(2.534)	6.554	104.995

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

(1) Refere-se a aquisição da Tucano III, sendo o investimento inicial de R\$ 40.119 e aportes no montante de R\$ 12.500.

(2) No quarto trimestre de 2021 a Companhia recebeu o montante de R\$ 449.944 correspondente ao ajuste de preço de aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C, atualmente Indupa Argentina, com base nos termos do contato de compra e venda. Referido montante foi reconhecido no resultado na rubrica "Ajuste de preço de aquisição".

13. Imobilizado

Controladora	Taxa de depreciação média		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
	2021	2020			2021	2020
Terrenos	-	-	247.550	-	247.550	247.550
Edificações e Construções	3,45% a 6,67%	3,45% a 6,67%	159.265	(73.853)	85.412	84.243
Equipamentos e Instalações	5% a 6%	5% a 6%	1.278.416	(808.659)	469.757	485.075
Veículos	20%	20%	229	(229)	-	22
Móveis e Utensílios	10%	10%	14.682	(12.085)	2.597	2.184
Demais bens	10%	10%	20.174	(11.358)	8.816	4.752
Imobilizado em andamento	-	-	48.912	-	48.912	43.886
			<u>1.769.228</u>	<u>(906.184)</u>	<u>863.044</u>	<u>867.712</u>

Consolidado	Taxa de depreciação média		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
	2021	2020			2021	2020
Terrenos	-	-	301.177	-	301.177	290.468
Edificações e Construções	3,33% a 6,67%	3,33% a 6,67%	565.868	(298.467)	267.401	255.818
Equipamentos e Instalações	5% a 10%	5% a 10%	3.919.974	(2.600.766)	1.319.208	1.211.550
Veículos	20%	20%	3.818	(3.291)	527	390
Móveis e Utensílios	10%	10%	33.360	(27.509)	5.851	5.280
Demais bens	10%	10%	44.178	(31.350)	12.828	10.356
Imobilizado em andamento	-	-	252.932	-	252.932	175.822
			<u>5.121.307</u>	<u>(2.961.383)</u>	<u>2.159.924</u>	<u>1.949.684</u>

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Movimentação do ativo imobilizado

Controladora	2019	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	2020
Terrenos	247.550	-	-	-	247.550
Edificações e Construções	87.104	1.335	-	(4.196)	84.243
Equipamentos e Instalações	478.848	53.417	(142)	(47.048)	485.075
Veículos	68	-	-	(46)	22
Móveis e Utensílios	2.536	197	-	(549)	2.184
Demais bens	5.579	91	(9)	(909)	4.752
Imobilizado em andamento (1)	43.980	(94)	-	-	43.886
	<u>865.665</u>	<u>54.946</u>	<u>(151)</u>	<u>(52.748)</u>	<u>867.712</u>

Controladora	2020	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	2021
Terrenos	247.550	-	-	-	247.550
Edificações e Construções	84.243	5.884	-	(4.715)	85.412
Equipamentos e Instalações	485.075	36.937	(27)	(52.228)	469.757
Veículos	22	-	-	(22)	-
Móveis e Utensílios	2.184	889	(3)	(473)	2.597
Demais bens	4.752	6.045	(1.041)	(940)	8.816
Imobilizado em andamento (1)	43.886	5.026	-	-	48.912
	<u>867.712</u>	<u>54.781</u>	<u>(1.071)</u>	<u>(58.378)</u>	<u>863.044</u>

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Consolidado	2019	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	Efeito de Aplicação da IAS 29	Ajustes de conversão	2020
Terrenos	283.913	-	-	-	8.642	(2.087)	290.468
Edificações e Construções	249.203	11.591	-	(13.934)	10.765	(1.807)	255.818
Equipamentos e Instalações	1.177.699	119.969	(355)	(134.816)	58.289	(9.236)	1.211.550
Veículos	515	62	-	(175)	23	(35)	390
Móveis e Utensílios	4.351	1.503	-	(1.107)	652	(119)	5.280
Demais bens	7.975	5.525	(17)	(3.695)	568	-	10.356
Imobilizado em andamento (1)	167.061	14.377	-	-	109	(5.725)	175.822
	<u>1.890.717</u>	<u>153.027</u>	<u>(372)</u>	<u>(153.727)</u>	<u>79.048</u>	<u>(19.009)</u>	<u>1.949.684</u>

Consolidado	2020	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	Efeito de Aplicação da IAS 29	Ajustes de conversão	2021
Terrenos	290.468	-	-	-	14.600	(3.891)	301.177
Edificações e Construções	255.818	13.690	(476)	(14.812)	17.524	(4.343)	267.401
Equipamentos e Instalações	1.211.550	178.684	(40)	(137.804)	92.668	(25.850)	1.319.208
Veículos	390	158	-	(91)	114	(44)	527
Móveis e Utensílios	5.280	1.575	(6)	(1.119)	440	(319)	5.851
Demais bens	10.356	8.733	(1.041)	(4.570)	(393)	(257)	12.828
Imobilizado em andamento (1)	175.822	61.209	(60)	-	23.609	(7.648)	252.932
	<u>1.949.684</u>	<u>264.049</u>	<u>(1.623)</u>	<u>(158.396)</u>	<u>148.562</u>	<u>(42.352)</u>	<u>2.159.924</u>

(1) Os investimentos em andamento estão principalmente relacionados a melhoria das plantas e modernização dos sistemas de gestão integrada.

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperação do valor contábil dos seus imobilizados de acordo com o requerido pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Com a aprovação do Congresso Nacional Brasileiro sobre a Convenção de Minamata (Decreto nº 9.470, de 14 de agosto de 2018), na qual prevê a eliminação da utilização de mercúrio nos processos de manufatura como a produção de cloro-álcalis, a Companhia no ano de 2021 finalizou os estudos para o encerramento da produção com a tecnologia de Mercúrio e efetuou aceleração da depreciação dos seus ativos imobilizados que estão relacionados a esta tecnologia para que encerrem sua depreciação até o final de 2024, uma vez que não se espera obter mais benefícios econômicos futuros com eles.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

14. Intangível

	Taxa anual de amortização		Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	Líquido 2020	2021	Líquido 2020
	Ágio	-	-	273.025	273.025	275.388
Direito de uso de Software	20%	20%	11.044	5.541	32.491	21.895
			284.069	278.566	307.879	297.604

No exercício de 2013, a Unipar Participações S.A, antiga denominação da Unipar Carbocloro S.A., que não era operacional, adquiriu participação adicional de 50% no capital da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. (“Carbocloro”). Tendo em vista que a Unipar Participações S.A. já detinha outros 50% do capital da Carbocloro na data desta aquisição, a combinação de negócios foi tratada como uma combinação em estágios apurando um ágio total no montante de R\$ 273.025. A Carbocloro foi incorporada pela Companhia em 30 de setembro de 2013. Os saldos não são amortizados e só podem ser reduzidos pela venda do ativo relacionado ou por *Impairment*.

Notas Explicativas**Unipar Carbocloro S.A.**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores nacionais	40.970	17.017	331.439	185.809
Fornecedores nacionais - imobilizado	3.486	10.412	16.222	25.115
Fornecedores nacionais - partes relacionadas	121	192	38	11
Fornecedores nacionais - risco sacado (1)	3.440	1.970	8.526	6.411
Fornecedores exterior	20.805	10.101	35.537	20.996
Fornecedores exterior - partes relacionadas	-	-	-	-
	68.822	39.692	391.762	238.342
Circulante	68.822	39.692	391.762	238.342

(1) A Companhia e suas controladas firmaram contratos com bancos parceiros para estruturar com os seus fornecedores a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. A operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Companhia classifica na rubrica de Fornecedores.

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Moeda	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Em moeda nacional					
Debêntures - Carbocloro (2021: CDI + 1,57% a.a. 2020: CDI + 1,25% a.a.) (1)	R\$	289.311	337.653	289.311	337.653
Debêntures - Carbocloro (2021: CDI + 1,90% a.a.) (2)	R\$	868.453	-	868.453	-
Capital de Giro - Carbocloro (2021 - CDI + 1,25% a.a. - 2020 - CDI + 2,78% a.a.) (3)	R\$	62.706	316.382	62.706	316.382
Capital de Giro Taxa Fixa - Indupa AR	AR\$	-	-	2	1
BNDES - Carbocloro (TJLP + 2,33% a.a.) (4)	R\$	-	1.698	-	1.698
BNDES - Carbocloro (SELIC + 2,36% a.a.) (4)	R\$	-	2.139	-	2.139
BNDES - Indupa BR (TJLP + 1,40% a.a.) (5)	R\$	-	-	-	4.810
BNDES - Indupa BR (TJLP + 1,87% a.a.) (6)	R\$	-	-	17.845	21.662
BNDES - Indupa BR (IPCA + 2,14% a.a.) (6)	R\$	-	-	25.872	29.195
Nota Promisória - Carbocloro (2021: CDI + 1,85% a.a.) (7)	R\$	210.640	-	210.640	-
		1.431.110	657.872	1.474.829	713.540
Circulante		151.226	325.894	161.824	340.730
Não circulante		1.279.884	331.978	1.313.005	372.810

(1) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 28 de março de 2018, em duas séries, no total de R\$ 350.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 210.170 teve 93% do seu montante alongado por meio da 5ª emissão de debentures em 10 de Junho de 2019, o valor principal não alongado, foi amortizado em 20 de março de 2020, o valor correspondente a 5ª emissão será amortizado em três parcelas anuais a partir de 12 de Junho de 2023. A 2ª série no valor de R\$ 139.830 teve a primeira parcela amortizada em 19 de março de 2021 e a segunda será amortizada em 20 de março de 2022. Os juros são pagos semestralmente para ambas as emissões.

(2) (i) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 30 de abril de 2021, em duas séries, no total de R\$ 350.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 117.000 que será amortizado em uma parcela anual em 29 de abril de 2024. A 2ª série no valor de R\$ 233.000 será amortizada em duas parcelas

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

anuais vencíveis em 29 de abril de 2025 e 2026. Os juros são pagos semestralmente para ambas as emissões. (ii) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 10 de novembro de 2021, em uma série, no total de R\$ 500.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A amortização do principal em duas parcelas sendo a primeira em 13 de outubro de 2027, no valor de R\$ 250.000 e a segunda parcela será em 13 de outubro de 2028 no valor de R\$ 250.000. Os juros são pagos semestralmente

- (3) Captações destinadas a reforço de caixa da Companhia, livres de garantia, sendo, (i) empréstimo em dólares com swap para reais no montante de R\$ 60.699, valor atualizado na curva de R\$ 86.814 é contrabalanceado pelo ajuste positivo de swap no montante de R\$ 26.114 e despesas diferidas no montante de R\$ 2.007, de modo que o efeito líquido no passivo é de R\$ 62.706, com juros pagos trimestralmente, valor principal a ser amortizado em 9 parcelas trimestrais a partir de março 2021.
- (4) Captações destinadas à modernização da planta em Cubatão garantidas por terrenos, bem como pelas edificações e equipamentos da Companhia.
- (5) Captações destinadas à investimentos ambientais, projetos sociais, aquisições de máquinas e equipamentos nacionais para modernização da planta de Santo André. O empréstimo é garantido através de fiança bancária.
- (6) Captações destinadas à centralização e modernização da linha de produção de resinas de PVC da fábrica de Santo André, a garantia dessa operação é o aval da Unipar. A primeira liberação foi realizada em novembro de 2018 e a segunda liberação em dezembro de 2019.
- (7) Captações livres de garantia, em duas séries, no total de R\$ 200.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 100.000 que será amortizada em uma parcela anual em 8 de julho de 2024 e a 2ª série no valor de R\$ 100.000 que será amortizada em uma parcela anual em 8 de julho de 2026. Os juros são pagos no vencimento para ambas as emissões.

O cronograma de amortização desses empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>	<u>2021</u>
2022	151.226	161.824
2023	95.850	105.423
2024	284.017	293.590
2025	283.517	293.048
2026	116.500	120.944
2027 em diante	500.000	500.000
	<u>1.431.110</u>	<u>1.474.829</u>

Certos empréstimos e financiamentos, bem como as debêntures apresentam cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros e não financeiros (*covenants*). Indicadores estes, que são mensurados anualmente, conforme prazos estabelecidos em cada contrato. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas estavam adimplentes com o atendimento dessas cláusulas.

17. Energia elétrica

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil possuem contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, na condição de consumidor livre. O custo de energia engloba o preço de aquisição da própria energia efetivamente contratada, taxa do uso do sistema de transmissão (TUST), e acrescida dos encargos estabelecidos no âmbito governamental. Um destes encargos

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

refere-se à Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e seu valor é determinado anualmente pelo Governo Brasileiro (ANEEL).

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2015 a julho de 2016 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (“ABRACE”).

No início do 3º trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia e a Indupa Brasil provisionam integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetuam os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar de acordo com o faturamento do fornecedor (CTEEP).

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2021, os respectivos processos continuam em discussão.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao ano de 2019 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (“ABRACE”). A sentença foi improcedente. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu o pedido de tutela de urgência para suspender a exigibilidade da tarifa de energia elétrica cobrada com os valores dos subsídios destinados a políticas públicas não relacionadas ao serviço público de energia elétrica até o julgamento da apelação interposta no feito originário.

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil, por intermédio da ABRACE, ajuizou ação tendo por objeto a declaração de inexigibilidade do pagamento da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST relativa à indenização de que trata o artigo 15, §2º, da Lei nº 12.783/2013.

A liminar foi deferida parcialmente “para determinar que a ANEEL exclua a parcela dita de “remuneração” da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo incidir sobre o montante apenas a atualização”. A sentença foi improcedente. Em razão disso, a Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil já estão recolhendo os valores que deixaram de ser pagos em razão da liminar deferida. Referido pagamento vem sendo realizado mensalmente na forma de um acréscimo na conta mensal de consumo, sendo revertido valores provisionados.

18. Demandas judiciais

A Companhia e suas controladas, suportadas pela avaliação de seus consultores jurídicos, internos e externos, classificam a probabilidade de perda de suas demandas judiciais em “provável”, “possível” e “remota”.

Para as causas consideradas “prováveis” são constituídas provisões e, quando aplicável, os saldos são registrados líquidos dos depósitos judiciais atrelados aos processos, como segue:

Notas Explicativas**Unipar Carbocloro S.A.**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fiscais	22.941	15.756	58.374	26.361
Trabalhistas e previdenciárias	15.400	19.775	38.307	39.912
Cíveis	10	10	5.406	5.077
Total	38.351	35.541	102.087	71.350
Depósitos judiciais fiscais	(6.568)	(11.159)	(12.889)	(17.543)
Depósitos judiciais trabalhistas	(5.604)	(5.990)	(11.537)	(13.077)
Total	(12.172)	(17.149)	(24.426)	(30.620)
	26.179	18.392	77.661	40.730
Circulante	1.386	2.831	8.411	4.999
Não Circulante	24.793	15.561	69.250	35.731

Movimentação das provisões para demandas judiciais está demonstrada a seguir:

Controladora	2019	Adições	Baixas/ Reversão	Atualização monetária	2020
Fiscais	14.162	2.090	(496)	-	15.756
Trabalhistas e previdenciárias	19.866	2.198	(2.289)	-	19.775
Cíveis	1.003	-	(993)	-	10
Depósitos Judiciais	(16.066)	(3.724)	2.777	(136)	(17.149)
	18.965	564	(1.001)	(136)	18.392

Controladora	2020	Adições	Baixas/ Reversão	Transferências	2021
Fiscais	15.756	15.079	(7.894)	-	22.941
Trabalhistas e previdenciárias	19.775	1.300	(5.675)	-	15.400
Cíveis	10	-	-	-	10
Ambientais	-	4.838	(4.838)	-	-
Depósitos Judiciais	(17.149)	(5.909)	12.332	(1.446)	(12.172)
	18.392	15.308	(6.075)	(1.446)	26.179

Consolidado	2019	Adições	Baixas/ Reversão	Atualização monetária	Ajustes de conversão	2020
Fiscais	25.119	2.458	(1.216)	-	-	26.361
Trabalhistas e previdenciárias	44.089	5.080	(8.853)	-	(404)	39.912
Cíveis	5.265	828	(1.016)	-	-	5.077
Depósitos Judiciais	(33.081)	(3.938)	6.535	(136)	-	(30.620)
	41.392	4.428	(4.550)	(136)	(404)	40.730

Consolidado	2020	Adições	Baixas/ Reversão	Transferências	Atualização monetária	Ajustes de conversão	2021
Fiscais	26.361	39.968	(7.955)	-	-	-	58.374
Trabalhistas e previdenciárias	39.912	15.318	(16.148)	-	-	(775)	38.307
Cíveis	5.077	1.319	(990)	-	-	-	5.406
Ambientais	-	4.838	(4.838)	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	(30.620)	(5.909)	13.564	(1.446)	(15)	-	(24.426)
	40.730	55.534	(16.367)	(1.446)	(15)	(775)	77.661

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

As principais demandas judiciais e respectivos honorários, quando aplicáveis, estão descritas a seguir:

Na Controladora

a) Demandas fiscais

i. Processos fiscais – Prováveis

São compostos por diversos processos relacionados com disputas relativas a PIS, COFINS, INSS e IPTU, entre outros, que totalizam o montante de R\$ 19.207 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 11.644 em 31 de dezembro de 2020), avaliados como perda provável pelos consultores jurídicos e devidamente provisionados.

A eventual multa referente ao não recolhimento do IR/CS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 12.057, está compreendido no montante acima, a Companhia tem o entendimento que o pagamento do imposto é devido com a homologação do crédito pela Receita Federal, mas por discussões sobre a matéria decidiu por registrar o montante.

ii. Honorários de Sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2021 o montante dessas provisões é de R\$ 3.734 (R\$ 4.112 em 31 de dezembro de 2020).

iii. Demais processos fiscais – Possíveis

São compostos principalmente por disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal, processos judiciais da ex-controlada Goyana, exigência de débito de IOF sobre operações de créditos com coligadas, indedutibilidade de despesas para fins de imposto de renda e contribuição social e exigência de débitos de PIS e COFINS, entre outros que totalizam o montante de R\$ 41.935 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 31.856 em 31 de dezembro de 2020). A administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos avalia a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i. Processos trabalhistas e previdenciários

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários e de funcionários de empresas contratadas que questionam principalmente o direito sobre gratificações, horas extras, seus reflexos e respectivos encargos. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 13.981 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 18.856 em 31 de dezembro de 2020) e com a probabilidade de perda possível o montante de R\$ 35.090 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 39.329 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

ii. Demais processos trabalhistas

Esta rubrica é composta de ações judiciais de natureza trabalhista, referente às discussões de ex-funcionários da ex-investida, que totalizam o montante de R\$ 4.267 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.963 em 31 de dezembro de 2020). A administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos considera a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências. Além disso a Companhia possui cláusula de regresso de valores relacionados a estas causas baseadas no contrato de desinvestimento.

iii. Honorários de Sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2021 o montante dessas provisões é de R\$ 1.418 (R\$ 918 em 31 de dezembro de 2020).

c) Demandas Cíveis

i. Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2021 o montante dessas provisões é de R\$ 10 (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2020).

d) Demandas judiciais ambientais

i. Demandas judiciais prováveis

O Ministério Público Estadual distribuiu ação civil pública em face da Companhia e de mais 21 empresas em razão de suposto lançamento de poluentes na atmosfera, que, de acordo com o Ministério Público, teria causado a degradação e o perecimento de grande parte da cobertura vegetal das encostas da Serra do Mar. Em 18 de setembro de 2017 foi proferida sentença que julgou procedente os pedidos efetuados pelo Ministério Público. Em 10 de dezembro de 2020 foi realizada audiência virtual de tentativa de conciliação e atualmente, as partes seguem ajustando as minutas do acordo. Em maio de 2021 foi celebrado o acordo entre as partes, e na data de 28 de maio de 2021 a Unipar recolheu a sua cota parte no valor de R\$ 4.838. Em 04 de agosto de 2021 foi integralmente liquidado o acordo celebrado, tendo a Companhia recolhido o saldo complementar referente à sua cota parte (sem provisão em 31 de dezembro de 2020).

ii. Demanda judiciais não mensuráveis

O Ministério Público Federal ("MPF") requereu, através de ação civil pública, a reformulação da unidade de produção com células de mercúrio e a reparação de eventual dano ambiental, com pagamento de indenização. O processo foi extinto, em 1ª instância, sem resolução de mérito. O MPF interpôs recurso de apelação, sendo reformada a decisão para que se instaurasse a produção de provas. Após decisão das Instâncias Superiores (Superior Tribunal de Justiça – "STJ") o processo retornou à Vara de origem para produção de provas e prolação de sentença. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 500. Contudo, na atual fase processual, não é possível estimar valores confiáveis para o caso de eventual condenação.

O Ministério Público Federal também distribuiu ação civil pública em face da Companhia requerendo a recuperação de eventuais danos ambientais, indenização de danos irrecuperáveis, implantação de sistemas de tratamento e monitoramento online, bem como a manutenção do controle gerencial

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

de mercúrio e sua destinação. A perícia foi realizada em 13 de julho de 2016, tendo o laudo pericial sido favorável a Companhia. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 20.000. Contudo na atual fase processual, não é possível estimar valores confiáveis para o caso de eventual condenação.

Na controlada Indupa Brasil

As principais demandas judiciais e respectivos honorários estão descritas a seguir:

a) Demandas fiscais

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)

Como consequência de hiperinflação no passado, foi regulamentada (a partir de dezembro de 1995) a reexpressão do valor dos bens do ativo imobilizado utilizando um índice obrigatório determinado pelo governo. Este índice foi mantido artificialmente em um menor valor durante 1991 em comparação com os índices de inflação de outras agências independentes. A Companhia reavaliou seus ativos por um índice maior no exercício de 1991, gerando assim uma depreciação anual maior para os exercícios fiscais futuros. A lei impositiva correspondente determinou que tais contribuições complementares sobre a depreciação que surge da diferença entre índices, deveriam ser consideradas como despesa dedutível somente para efeito de imposto de renda para um período de seis anos que começava em 1992. Porém, a Companhia decidiu considerar o montante desta diferença como despesa dedutível de imposto de renda e contribuição social no primeiro ano. Como resultado, as autoridades fiscais notificaram a Companhia posteriormente.

Em 31 de dezembro de 2021 o valor total da causa é de R\$ 39.989 (R\$ 39.671 em 31 de dezembro de 2020). A causa, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, foi segregada de acordo com as ações realizadas no pleito como provável, possível e remota. O montante da causa cuja probabilidade de perda foi considerada como provável é de R\$ 2.103 (R\$ 2.086 em 31 de dezembro de 2020) e o montante da causa cuja probabilidade de perda foi considerada como possível é de R\$ 34.504 (R\$ 34.230 em 31 de dezembro de 2020).

ii. IPTU prefeitura de Santo André

Trata-se da cobrança de IPTU, do exercício de 1991, referente aos imóveis localizados na cidade de Santo André, na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, km 38, s/nº. Após aproximadamente quinze anos de litígio, no primeiro trimestre de 2020, foi proferida decisão pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ desfavorável à Companhia. Por essa razão, a Companhia baseada na avaliação de seus consultores jurídicos reavaliou a probabilidade de perda da causa de possível para provável. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém uma provisão no montante de R\$ 6.152 (R\$ 6.152 em 31 de dezembro de 2020).

iii. Outros processos fiscais prováveis

Disputas no montante de R\$ 25.020 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 229 em 31 de dezembro de 2020), a maior parte do valor refere-se ao não recolhimento do IR/CS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 24.778, está compreendido no montante acima, a Companhia tem o entendimento que o pagamento do imposto é devido com a homologação do crédito pela Receita Federal, mas por discussões sobre a matéria decidiu por registrar o montante. A diferença são os processos relativos a imposto municipal.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

iv. Demais processos fiscais (possíveis):

Além do processo descrito no item “i”, a Companhia possui disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal no montante de R\$ 35.178 (R\$ 29.963 em 31 de dezembro 2020), Auto de Infração questionando a utilização do prejuízo fiscal de 2009 foi encerrado em março de 2021 (R\$ 39.580 em 31 de dezembro de 2020) e outros processos que montam R\$ 8.047 (R\$ 6.051 em 31 de dezembro de 2020).

Com isso o montante de R\$ 77.729 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 109.824 em 31 de dezembro de 2020) foi considerado pela Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, como probabilidade de perda possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

v. Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2021 o montante dessas provisões é de R\$ 2.157 (R\$ 2.138 em 31 de dezembro de 2020).

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i. Processos Trabalhistas e previdenciários

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre danos materiais e morais, doença ocupacional, terceirização, gratificações por desempenho e equiparação salarial. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 11.563 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 13.655 em 31 de dezembro de 2020) e com a probabilidade perda possível o montante de R\$ 827 (R\$ 3.909 em 31 de dezembro de 2020).

c) Demandas judiciais cíveis

i. Demandas judiciais Cíveis prováveis

Basicamente referem-se aos honorários de sucumbências de processos de recuperação de créditos de clientes inadimplentes.

A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 5.396 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.067 em 31 de dezembro de 2020) e com a probabilidade de perda possível o montante de R\$ 39.279 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 33.769 em 31 de dezembro de 2020).

d) Demandas judiciais ambientais possíveis

A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda possível o montante total de R\$ 52 em 31 de dezembro de 2021 (sem provisão em 31 de dezembro de 2020 também) para auto de infração da CETESB.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

e) Ativos Contingentes

i. IPC 89 (Correção de Balanço)

Após trânsito em julgado favorável, a Companhia protocolou na receita federal o valor de R\$ 45.250, referente ao processo do IPC 89 (Correção de balanço). O valor referente o IRPJ no valor de R\$ 34.819 já foi deferido no exercício de 2020 e a Companhia registrou e compensou com os impostos a recolher. O montante referente CSLL no valor de R\$ 10.430 foi deferido em janeiro de 2021 e já foi compensado dentro do primeiro trimestre de 2021. O ativo contingente já foi compensado na sua totalidade.

ii. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS

A Companhia discute judicialmente a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. Em que pese o pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, ainda não ocorreu o trânsito em julgado no processo da Companhia. Todavia, a Companhia já concluiu o cálculo dos valores que poderá repetir em razão da ação judicial, por conseguinte, reconheceu contabilmente no 3º trimestre de 2021. Em dezembro de 2021 o valor é de R\$ 582.691, conforme nota explicativa n.7 (Impostos a Recuperar).

Na controlada Indupa Argentina

a) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i. Processos trabalhistas e previdenciários – Prováveis

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre diferenças indenizatórias e doença ocupacional, para os quais a controlada baseada na avaliação de seus consultores jurídicos mantém provisão de R\$ 11.344 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 6.482 em 31 de dezembro de 2020).

19. Passivo ambiental

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais.

Em cumprimento a estas políticas, a Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Passivo ambiental	2.765	-	48.316	19.073
Circulante	313	-	22.580	14.492
Não circulante	2.452	-	25.736	4.581

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Movimentação das provisões para passivo ambiental

<u>Controladora</u>	<u>2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilização</u>	<u>Ajustes de conversão</u>	<u>2021</u>
Passivo ambiental	-	2.845 (1)		(80)	-	2.765

<u>Consolidado</u>	<u>2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Utilização</u>	<u>Ajustes de conversão</u>	<u>2020</u>
Passivo ambiental	20.108	12.360	(13.370)	(25)	19.073

<u>Consolidado</u>	<u>2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Utilização</u>	<u>Ajustes de conversão</u>	<u>2021</u>
Passivo ambiental	19.073	49.203 (1)	(19.909)	(51)	48.316

(1) A Companhia, com base no aprofundamento dos estudos técnicos concluídos recentemente através de monitoramento da qualidade das águas subterrâneas, estudos de alternativas das tecnologias de remediação, execução de testes piloto das alternativas selecionadas, bem como implementação de planos de intervenção, reavaliou sua estimativa para os gastos necessários para os próximos 5 anos em relação a gestão dos passivos ambientais.”

As áreas impactadas na adição da provisão ambiental passam por um acompanhamento pela área responsável da Companhia junto com os responsáveis da controladora anterior da Unipar Indupa S.A.I.C. e Unipar Indupa Brasil. Adicionalmente, parte destes valores são reembolsáveis pela antiga controladora e estes recebíveis estão registrados na Unipar Carbocloro.

A Companhia vem solicitando junto a “CETESB” conforme acordado entre as partes a nova versão das planilhas de riscos para dar prosseguimento a implantação do plano de intervenção definitivo.

20. Débito com terceiros

Corresponde às dívidas da Indupa Argentina e da Indupa Brasil com a vendedora Solvay Indupa S.A.I.C no montante de US\$ 136 milhões sobre a qual incidia encargos de 3% a.a. Os juros dessas dívidas vinham sendo pontualmente pagos e a amortização do principal era dividida em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026. Essas dívidas possuíam cláusulas que obrigavam a Indupa Argentina e a Indupa Brasil a atender determinados indicadores financeiros e cláusulas não financeiras (*affirmative e negative covenants*).

Em 06 de outubro de 2020, a credora das dívidas iniciou ação de cobrança em tentativa de acelerar essas dívidas em uma corte estadual no estado de Nova Iorque, EUA, alegando quebra de cláusulas contratuais (*covenants*) acessórias e não financeiras por não recebimento de informações públicas.

A Indupa Argentina e Indupa Brasil se defendiam de forma tempestiva à ação de cobrança quando em dezembro de 2021, a Unipar celebrou acordo com a vendedora das Indupas para encerrar o procedimento de arbitragem iniciado contra tal vendedora e a ação de cobrança contra a Indupa Brasil e Indupa Argentina descrita no parágrafo acima. Como resultado deste acordo a Unipar recebeu R\$ 449.680 (US\$ 80.000) referente a ajuste de preço de aquisição, registrado no resultado da Companhia e (i) a Companhia adquiriu da credora por R\$ 57.633 (US\$ 10.253) a dívida devida pela Indupa Argentina e (ii) a Indupa Brasil pagou a totalidade do valor principal de R\$ 734.152 (US\$ 130.035) da sua dívida com a vendedora das Indupas. Dessa forma a Indupa Brasil e Indupa Argentina não estão mais obrigadas a cumprir com os *affirmative e negative covenants* vinculados.

Notas Explicativas**Unipar Carbocloro S.A.**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

21. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes dos impostos	2.350.671	464.489	3.035.323	601.157
Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota nominal combinada	(799.228)	(157.926)	(1.032.010)	(204.393)
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	430.069	65.840	(860)	(797)
Diferença da alíquota nominal para controlada na Argentina	-	-	(6.029)	7.560
Encargos indedutíveis em controlada na Argentina (1)	-	-	-	(22.282)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (2)	-	-	(115.709)	(11.437)
Receita de Exclusão do ICMS da Base de cálculo do PIS/COFINS – Selic (3)	3.022	-	77.245	-
Outros	(516)	(5.285)	5.461	(9.590)
Total créditos de diferenças permanentes	432.575	60.555	(39.892)	(36.547)
Efeito no ano de créditos tributários não reconhecidos				
Crédito tributário CSLL sobre correção de balanço do ano de 1989 / Recálculo de IRPJ e CSLL do ano 2017	-	-	3.732	9.450
Realização de diferenças temporárias de exercícios anteriores (4)	746	548	36.680	548
Total da despesa de IRPJ e CSLL registrada no resultado	(365.907)	(96.823)	(1.031.490)	(230.942)
Alíquota efetiva combinada de IRPJ e CSLL	15,57%	20,85%	33,98%	38,42%
IRPJ e CSLL correntes	(161.138)	(85.103)	(628.087)	(201.786)
IRPJ e CSLL diferidos	(205.515)	(12.268)	(443.815)	(39.154)
IRPJ e CSLL anos anteriores	-	-	3.732	9.450
IRPJ e CSLL crédito Lei do Bem	746	548	36.680	548
Total da (despesa)/ receita de IR e CSLL	(365.907)	(96.823)	(1.031.490)	(230.942)

- (1) Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pela indedutibilidade dos encargos de atualização monetária do AFAC convertido em mútuo.
- (2) Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pela correção monetária dos itens do Patrimônio Líquido da Indupa Argentina.
- (3) Parte do crédito está demonstrado no cálculo da alíquota efetiva pois refere-se ao valor da correção monetária atualizado através da taxa Selic, na controladora no montante de R\$ 8.888 e no consolidado R\$ 227,191 conforme informado na nota explicativa nº 7.
- (4) No consolidado estes créditos tributários referem-se ao benefício da lei do Bem que permite a auto aplicação do benefício referente a exercícios de anos anteriores, a partir do ano de 2020 a Companhia passou a realizar a auto aplicação do benefício, porém os valores apurados foram somente obtidos no ano de 2021.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, sobre a base negativa da contribuição social e sobre as diferenças temporárias apuradas entre o lucro contábil e o lucro tributável. As alíquotas desses impostos para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases

Notas Explicativas**Unipar Carbocloro S.A.**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

negativas de contribuição social e das diferenças temporárias. Para determinação desse reconhecimento, a Companhia utiliza como parâmetros conforme o CPC 32. Esta norma indica que os montantes a serem recuperados devem ser determinados com base em projeções de resultados tributáveis futuros. Como qualquer estimativa, estas projeções são elaboradas e fundamentadas com base em premissas internas e em hipóteses para cenários econômicos futuros que podem, com o passar do tempo, sofrer alterações.

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto diferido ativo				
Demandas judiciais	13.039	12.084	30.852	22.055
Ágio a amortizar	6.957	10.933	6.957	10.933
Valor justo de instrumentos financeiros	1.292	2.583	1.292	2.583
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (1)	12.858	27.120	97.364	178.787
Passivo ambiental	940	-	14.067	6.340
Obrigação com benefícios a empregados (IAS 19) (7)	1.421	1.488	17.248	18.469
Provisão de encargos de energia elétrica	29.264	29.759	46.285	47.057
Outros	25.575	6.434	58.758	19.384
Total do imposto diferido ativo	91.346	90.401	272.823	305.608
Imposto diferido passivo				
Efeito sobre combinação de negócios (2)	(406.187)	(264.528)	(406.187)	(264.528)
Efeito da depreciação (contábil / fiscal) (3)	(97.025)	(81.948)	(175.007)	(145.881)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (4)	-	-	(130.447)	(62.333)
Ajuste por inflação impositivo	-	-	(8.738)	-
Atualizações Monetárias	(897)	(2.927)	(897)	(2.927)
Encargos capitalizados	(3.024)	(3.202)	(5.735)	(5.980)
Efeito tributário sobre o ganho pelo método de aplicação de equivalência patrimonial	(6.074)	(6.074)	(6.074)	(6.074)
Ajustes acumulados de conversão da Mais Valia Indupa Argentina	21.495	23.003	21.495	23.003
Exclusão do ICMS da Base de cálculo do PIS/COFINS (6)	(46.474)	-	(170.366)	-
Variação Cambial - Regime de Caixa (5)	(22.157)	(15.829)	(22.157)	(15.829)
Total do imposto diferido passivo	(560.343)	(351.505)	(904.113)	(480.549)
Líquido (Passivo) de imposto diferido	(468.997)	(261.104)	(631.290)	(174.941)
Ativo de imposto diferido líquido	-	-	-	142.971
Passivo de imposto diferido líquido	(468.997)	(261.104)	(631.290)	(317.912)

- (1) Refere-se ao reconhecimento de prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL da Companhia e de suas Controladas. No Consolidado, o relevante aumento no valor justifica-se pela utilização total do estoque de prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL da Indupa Brasil, que passou a ser constituído como um ativo diferido a partir de 2018.
- (2) Na Combinação de negócios está contemplado o valor da Receita por Compra Vantajosa relativo à aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. no ano de 2016. Em 31 de dezembro de 2021, a Receita por Compra Vantajosa apresenta o montante de R\$ 1.020.834 (R\$ 597.767 em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente, na linha de combinação de negócios também está incluso o valor líquido da Mais Valia dos ativos relativos à aquisição da Carbocloro no ano de 2013. Em 31 de dezembro de 2021 o montante desta Mais Valia é de R\$ 173.834 (R\$ 180.255 em 31 de dezembro de 2020).
- (3) A diferença de depreciação evidenciada ocorre em função da vida útil contábil baseada em laudo de avaliação ser maior do que a vida útil fiscal.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

- (4) Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pela ineditabilidade dos encargos de atualização monetária do AFAC convertido em mútuo.
- (5) Alteração do critério de reconhecimento das variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, de competência para caixa no decorrer do ano de 2020, em virtude da elevada oscilação da taxa de câmbio ocorrida no mês de março. A mudança de regime se baseia na Instrução Normativa nº 1.700/2017 artigos 155 e 156.
- (6) Na controladora foi constituído um passivo diferido sobre o registro do crédito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS referente ao período de novembro de 2001 a setembro de 2006 sobre o montante de R\$ 48.824, transitado em julgado em nosso favor com pedido de habilitação deferido perante a Receita Federal. Adicionalmente, foi constituído um passivo diferido da mesma origem de crédito anteriormente mencionado, porém relativo ao período de março de 2017 a outubro de 2021 sobre o montante de R\$ 87.864, transitado em julgado em nosso favor com pedido de habilitação de crédito em análise pela Receita Federal. Na controlada Indupa do Brasil também houve constituição do passivo diferido relacionado ao mesmo tema referente ao período de março de 2003 a outubro de 2021 sobre o montante de R\$ 364.389. Em relação ao processo da controlada Indupa do Brasil, estamos aguardando o processo transitar em julgado para protocolarmos o pedido de habilitação dos créditos.

Valor refletindo a provisão sobre créditos tributários com base na modulação dos efeitos da decisão do RE nº 574.706 pelo Superior Tribunal Federal, acolhendo o pedido feito pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Nesse sentido, os ministros da suprema corte entenderam que os contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes do julgamento ocorrido no dia 15 de março de 2017 (data decisória do mérito da matéria) poderiam retroagir os efeitos da decisão para abarcar créditos de PIS e COFINS decorrentes de indébito de até 5 anos anteriores à data de ingresso de cada ação judicial. Quanto aos demais contribuintes, esses não possuem o direito à retroatividade da decisão, atendendo somente aos efeitos prospectivos que o julgado da corte determinou. Partes do crédito está demonstrado no cálculo do imposto diferido passivo, valor do principal no montante de R\$ 364.388 conforme informado na nota explicativa nº7.

- (7) Adicionalmente sobre a obrigação com benefícios a empregados registrado no Patrimônio Líquido, temos IR/CS diferido em 31 de dezembro de 2021 na controladora no valor de R\$ 1.982 (R\$ 2.013 em 31 de dezembro de 2020) e no consolidado R\$ 13.425 (R\$ 15.282 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia realiza anualmente estudo técnico de viabilidade relativo à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e, à medida que for provável que no futuro haverá lucros tributáveis suficientes para a realização do ativo fiscal diferido não contabilizado, a Companhia o registrará contabilmente.

A Companhia ainda possui uma parcela de prejuízos fiscais não operacionais provenientes de vendas de participações societárias em 2010 para os quais não foi reconhecido ativo fiscal diferido. O valor total destes prejuízos fiscais não operacionais em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 525.257 (R\$ 525.257 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada Indupa Brasil não possui prejuízos fiscais operacionais e base negativa de contribuição social para os quais ainda não tenha sido reconhecido ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia tem em sua estrutura societária subsidiárias no exterior, cujos lucros são tributados pelo imposto de renda nos respectivos países em que foram constituídas por alíquotas inferiores às vigentes no Brasil.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

22. Outros impostos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ICMS a recolher	21.907	10.969	37.773	32.501
ICMS a recolher - parcelamento	28.525	37.587	42.723	61.828
PIS a recolher	1.277	729	1.292	2.794
COFINS a recolher	5.987	3.444	6.151	13.222
Impostos retidos, impostos e taxas estaduais e de prefeituras	4.864	3.467	25.652	24.797
Imposto sobre investimentos - Argentina	-	-	12.112	3.824
Imposto ao valor agregado a recolher - Argentina	-	-	1.984	5.358
	62.560	56.196	127.687	144.324
Circulante	44.510	28.705	95.439	97.870
Não circulante	18.050	27.491	32.248	46.454

23. Obrigações com benefícios aos empregados

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Plano de pensão	-	-	-	2.029
Plano de saúde	4.180	4.377	42.334	44.900
Benefícios rescisórios	-	-	7.801	8.214
Provisão para gratificação por tempo de serviço	-	-	1.139	1.175
Total	4.180	4.377	51.274	56.318

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e contribuições definidas a seus empregados que tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefícios definidos são calculados por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxa de juros, inflação, aumento dos benefícios futuros, contribuições de colaboradores ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para as patrocinadoras. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

a) Volatilidade dos ativos

As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit que necessitará de equacionamento.

b) Variação na rentabilidade dos títulos

Uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

c) Risco de inflação

Algumas obrigações dos planos de benefícios são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. A maior parte dos ativos dos planos ou não são afetados ou tem uma pequena correlação com a inflação, o que significa que uma alta de inflação resultará também em alta do déficit.

d) Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

e) Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas levam em conta tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade e são estabelecidas pelos atuários de acordo com o perfil dos colaboradores.

Na Controladora

A Companhia oferece aos seus colaboradores um plano de previdência complementar que são executados pela Carboprev Sociedade de Previdência Privada ("Carboprev"), entidade de previdência complementar fechada dotada de autonomia administrativa.

a) Plano de contribuição definida

São custeados pelos participantes e pela patrocinadora e são administrados pela Carboprev. Durante o exercício de 2021, a Companhia contribuiu para esses fundos com R\$ 2.605 (R\$ 2.600 no exercício de 2020), sendo esse montante registrado como despesa. Uma vez pagas essas contribuições a Companhia não têm mais obrigações.

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas e biométricas estão a seguir descritas:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Taxa de desconto nominal	8,39% a 8,70% a.a.	6,48% a 6,79% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	3,00 % a.a.	3,25 % a.a.
Taxa nominal do benefício	3,00 % a.a.	3,25 % a.a.
Inflação médica	6,60 % a.a.	6,86 % a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

c) Plano de aposentadoria

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 88 (88 em 31 de dezembro de 2020). Atualmente o número de assistidos é de 82.

A posição atuarial do plano em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Valor presente das obrigações atuariais	61.018	71.886
Valor justo dos ativos	(106.492)	(100.674)
Superávit	(45.474)	(28.788)
Efeito do teto do ativo	45.474	28.788
Passivo atuarial líquido	-	-

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Não se espera que o superávit apresentado traga benefícios econômicos e, portanto, a Companhia não pode reconhecê-lo como um ativo atuarial líquido, de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados.

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2021	2020
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	71.886	70.661
Custo financeiro	4.486	5.125
(Ganho) Perdas atuariais - experiência	(18.416)	863
(Ganho) Perdas atuariais - premissas financeiras	8.344	369
Benefícios pagos sobre ativos do plano	(5.282)	(5.132)
Saldo em 31 de dezembro	61.018	71.886

A movimentação do valor justo dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2021	2020
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício anterior	100.673	98.047
Receitas de juros sobre os ativos do plano	4.638	457
Retorno esperado sobre os ativos do plano	6.357	7.191
Contribuições do empregador	104	110
Benefícios pagos	(5.282)	(5.132)
Saldo em 31 de dezembro	106.490	100.673

A movimentação do passivo atuarial líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2021	2020
Custo de serviço corrente e juros sobre ativo líquido	(6)	(6)
Contribuições da patrocinadora	(104)	(110)
Efeitos de remensuração - ganhos atuariais e variação de teto do ativo no período	110	116
Passivo atuarial líquido	-	-

As despesas de custos de serviço e financeiro e os ganhos e perdas atuariais desses benefícios reconhecidas no exercício de 2020 é de R\$ 6 e a projeção para o exercício seguinte é de receita atuarial de R\$ 7.

d) Plano de Saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores um benefício de saúde pós-aposentadoria de 2 anos, quando, de forma cumulativa ele tenha o seu contrato de trabalho rescindido e já esteja aposentado pela previdência oficial.

Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido.

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 480 (481 em 31 de dezembro de 2020). Atualmente o número de assistidos é de 15.

Notas Explicativas**Unipar Carbocloro S.A.**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

A movimentação do passivo atuarial desse benefício nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é apresentada a seguir:

	Controladora	
	2021	2020
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	4.377	4.766
Custo de serviço corrente, juros sobre passivo líquido e custo de serviço passado	664	661
Contribuições da patrocinadora	(659)	(491)
Efeitos de remensuração - (ganhos)/perdas atuariais e variação de teto do ativo no período	(201)	(559)
	4.181	4.377

As despesas de custos de serviço e financeiro desse benefício reconhecidas no exercício de 2021 é de R\$ 664 e a projeção para estas despesas no exercício seguinte é de R\$ 833.

Análise de sensibilidade dos benefícios definidos

Descrição da premissa	Avaliação do impacto	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação 2021	
		Plano de previdência	Plano de saúde
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(1.404)	114
Taxa de desconto	Redução de 0,5%	2.494	170
Taxa de reajuste de benefício	Aumento de 0,5%	175	-
Taxa de reajuste de benefício	Redução de 0,5%	(292)	-
Taxa da inflação médica	Aumento de 1%	-	193
Taxa da inflação médica	Redução de 1%	-	130
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 0,5%	2.512	-
Taxa de crescimento salarial	Redução de 0,5%	(2.360)	-
Tábua de mortalidade (idade)	Aumento de +1	(1.766)	209
Tábua de mortalidade (idade)	Redução de -1	1.749	309

Na Indupa Brasil

a) Plano de contribuição definida

A Companhia patrocina um plano de contribuição definida custeado pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela Carboprev Sociedade de Previdência Privada ("Carboprev"), uma vez paga as contribuições a Companhia não tem mais obrigações.

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas e biométricas, utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão a seguir descritas:

	2021	2020
Taxa de desconto nominal	8,37% a 8,38% a.a	6,08% a 6,26% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	3,00% a.a	3,25% a.a
Taxa de crescimento salarial futuro	3,50% a.a	3,77% a.a
Inflação médica	3,00% a.a	3,25% a.a
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

c) Plano de pensão

A Companhia mantém um plano de pensão para ex-colaboradores, contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2021 não temos mais beneficiários neste plano (2 beneficiários em 31 de dezembro de 2020).

d) Plano de Saúde

A controlada oferece um plano de assistência pós-emprego para determinados colaboradores e ex-colaboradores aposentados. Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 145 (147 em 31 de dezembro de 2020).

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 38.154 (R\$ 40.523 em 31 de dezembro de 2020).

e) Gratificações de tempo de casa

A controlada oferece a todos os seus colaboradores uma gratificação ao completarem 10 e 25 anos de trabalho. Essa gratificação é contabilizada como uma obrigação de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 343 (313 em 31 de dezembro de 2020).

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2021 é de R\$1.139(R\$1.175 em 31 de dezembro de 2020).

f) Benefícios rescisórios

A controlada proporciona benefício de indenização adicional por desligamento para determinados colaboradores. As definições dos montantes do benefício estão vinculadas ao tempo de trabalho. Esses benefícios são contabilizados como obrigações de benefício definido e o passivo atuarial.

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.832 (R\$2.771 em 31 de dezembro de 2020).

As projeções de despesas de custos de serviço e financeiro, dos benefícios citados acima, para o exercício seguinte está descrita a seguir:

	<u>2021</u>
Plano de Pensão	-
Plano de saúde	3.372
Benefícios Rescisórios	390
Gratificação por tempo de casa	<u>219</u>
	<u>3.981</u>

Na Indupa Argentina

a) Plano de contribuição definida

A controlada Indupa Argentina patrocina um plano de contribuição definida custeada pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela BNP (*Fideicomisso Optimum*). Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

b) Plano de benefício definido

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

As principais hipóteses econômicas e biométricas utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão a seguir descritas:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Taxa de desconto nominal	39,47 % a.a.	31,04 % a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	17,00 % a.a.	17,00 % a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	17,59 % a.a.	17,59 % a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca

c) Plano de benefício por desligamento, invalidez ou morte

A controlada proporciona um benefício de indenização em caso de desligamento, invalidez ou morte. Em caso de desligamento a elegibilidade é a partir dos 65 anos para homens e 60 para mulheres. O montante do benefício a ser pago em parcela única varia entre três a seis salários mensais dependendo do motivo da elegibilidade. A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 554 (563 em 31 de dezembro de 2020). Esse benefício é contabilizado como uma obrigação de benefício definido e o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 4.706 (R\$5.308 em 31 de dezembro de 2020). A projeção de despesas de custos de serviço e financeiro desse plano de benefício para o exercício seguinte é de R\$ 1.923.

24. Capital social

a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação de seu Conselho de Administração, até o valor de R\$ 840.000.

b) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 699.002 (R\$ 699.002 em 31 de dezembro de 2020), composto por ações nominativas escriturais, com a seguinte distribuição:

	<u>Controladora</u>	
	<u>Quantidade de ações</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ações ordinárias	33.007.970	33.007.970
Ações preferenciais Classe A	2.055.375	2.466.991
Ações preferenciais Classe B	59.369.527	58.957.911
	<u>94.432.872</u>	<u>94.432.872</u>

c) Direitos das ações

As ações ordinárias têm direito a voto nas deliberações sociais. As ações preferenciais Classe A têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% ao ano sobre a parcela de capital social constituída por essa classe de ação, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

As ações preferenciais Classe B têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, e recebimento de um dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Todas as ações participam em igualdade de condições na distribuição de bonificações em ações decorrentes da capitalização de reservas e/ou de lucros.

d) Ações em tesouraria

A Companhia possui 30.100 ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2021 (25.100 ações em 31 de dezembro de 2020) no valor contábil de R\$ 1.401 (R\$ 1.154 em 31 de dezembro de 2020). O valor de mercado destas ações em 31 de dezembro de 2021 representava R\$ 3.099 (R\$ 1.225 em 31 de dezembro 2020).

Entre 01 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou recompra de 5.000 ações ao preço médio ponderado de R\$ 49,51 por ação, totalizando R\$ 248. As ações foram adquiridas através do 2º programa de recompra aprovado pela Administração em 13 de maio de 2020 e aditado em 17 de julho de 2020 e 11 de novembro de 2020, com objetivo de permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações no mercado. Atualmente, está em vigência o 3º programa de recompra aprovado pela Administração em 11 de novembro de 2021.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2021, foi aprovado 3º Programa de Recompra de Ações sem redução do capital social e com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas. Considerando a quantidade de ações em circulação e em tesouraria, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério e nos termos do Programa de Recompra, adquirir a valor de mercado, realizado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, até 715.744 (setecentas e quinze mil, setecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, até 128.459 (cento e vinte e oito mil, quatrocentas e cinquenta e nove) ações preferenciais classe “A” e até 4.482.000 (quatro milhões, quatrocentas e oitenta e duas mil) ações preferenciais classe “B” de emissão da Companhia. O prazo do programa tem 18 (dezoito) meses, iniciando-se em 14 de novembro de 2021 e encerrando-se em 14 de maio de 2023.

A movimentação detalhada das ações de tesouraria está demonstrada a seguir:

<u>Ações em tesouraria</u>	<u>Nº ações em 2019</u>	<u>Recompras</u>	<u>Cancelamento</u>	<u>Outorga (i)</u>	<u>Nº ações em 2020</u>
Ações ordinárias	333.604	1.910.700	2.244.304	-	-
Ações preferencias - A	92.603	204.700	272.203	-	25.100
Ações preferencias - B	2.807.736	2.628.200	4.731.362	704.574	-
Total	3.233.943	4.743.600	7.247.869	704.574	25.100

<u>Ações em tesouraria</u>	<u>Nº ações em 2020</u>	<u>Recompras</u>	<u>Nº ações em 2021</u>
Ações ordinárias	-	-	-
Ações preferencias - A	25.100	-	25.100
Ações preferencias - B	-	5.000	5.000
Total	25.100	5.000	30.100

i. Transações com pagamentos em ações

Plano de ações restritas

Notas Explicativas**Unipar Carbocloro S.A.**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

No dia 28 de janeiro de 2020, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o plano de outorga de ações restritas ("Plano de Outorga"), que consiste na entrega de ações preferencias da Companhia às pessoas elegíveis, conforme definido pelo Conselho de Administração, que administra Plano de Outorga.

A outorga de ações restritas é realizada mediante a celebração de contrato entre a Companhia e cada participante. O Plano foi criado como parte da estrutura de remuneração e como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência dos Participantes na Companhia, bem como ao reconhecimento dos serviços prestados pelos Participantes à Companhia, visto que, sujeito ao cumprimento de determinadas condições estabelecidas pelo Conselho de Administração, os Participantes farão jus ao recebimento de Ações Restritas.

Em conformidade com o Plano de Outorga, durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram outorgadas 704.574 ações preferenciais de classe B da Companhia. O efeito no resultado para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 24.770, reconhecidos na controladora na rubrica de "Despesas administrativas". Abaixo seguem movimentações:

	31 de dezembro de 2020		
	Ações restritas		
	Valor Justo (em reais)	Preço do exercício (em reais)	Quantidade (em unidades)
Saldo inicial do exercício	-	-	-
Movimentações			
Concedidas	24.770	35,16	704.574
Exercidas	(24.770)	35,16	(704.574)
Saldo Final no período	-	-	-

25. Reservas de lucros

	Reserva legal	Reserva Especial para Dividendos	Reserva para investimento	Total
Em 31 de dezembro de 2019	91.775	91.775	552.699	736.249
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	7.738	7.738
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(219.736)	(219.736)
Outorga de ações	-	-	3	3
Constituição de Reservas	18.383	18.383	243.579	280.345
Em 31 dezembro de 2020	110.158	110.158	584.283	804.599
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	4.549	4.549
Dividendos intermediários	-	-	(154.831)	(154.831)
Constituição de Reservas	29.643	29.643	433.963	493.249
Em 31 de dezembro de 2021	139.801	139.801	867.964	1.147.566

a) Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até atingir o limite de 20% do capital social, de acordo com a legislação societária.

b) Reserva especial para dividendos – estatutária

Constituída com base no estatuto social da Companhia, à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, que não poderá exceder 20% do capital social e tem por finalidade assegurar

Notas Explicativas**Unipar Carbocloro S.A.**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

fluxo regular de dividendos e possibilitar, se aplicável, o pagamento antecipado do dividendo obrigatório. Eventuais reversões devido ao pagamento antecipado de dividendo obrigatório devem ser recompostas.

c) Reserva para investimentos – estatutária

Criada no exercício de 2014, a reserva para investimentos está prevista no estatuto social e tem por finalidade assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro.

Com base no ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia propôs dividendos adicionais a ser aprovado em sua próxima Assembleia Geral Ordinária no montante de R\$ 250.000. Esta decisão somada com uma proposta de remuneração de ações, tem a finalidade de distribuir o excedente de suas reservas de lucros que estão superiores ao capital social.

26. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	2.061.983	1.458.516	7.167.112	4.583.175
Mercado externo	2.245	6.880	594.690	270.492
	2.064.228	1.465.396	7.761.802	4.853.667
Impostos e outras deduções sobre vendas	(478.581)	(341.179)	(1.457.833)	(976.365)
Deduções sobre exportações - Argentina	-	-	(14.600)	(9.079)
Receita líquida de vendas	1.585.647	1.124.217	6.289.369	3.868.223

27. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Matérias-primas, insumos e materiais de uso e consumo	(562.741)	(428.872)	(2.688.956)	(1.885.593)
Despesa com salários, honorários, benefícios e encargos a empregados e administradores	(179.315)	(208.933)	(585.007)	(505.277)
Encargos de depreciação e amortização	(90.086)	(87.447)	(219.353)	(197.950)
Serviços de terceiros	(103.077)	(97.719)	(237.179)	(195.691)
Despesas com fretes de vendas	(67.020)	(51.689)	(176.256)	(157.765)
Outras	(28.753)	(15.851)	(186.614)	(148.140)
	(1.030.992)	(890.511)	(4.093.365)	(3.090.416)
Custo dos produtos vendidos	(784.719)	(630.311)	(3.486.604)	(2.533.636)
Despesas com vendas	(67.020)	(51.689)	(197.736)	(175.387)
Despesas administrativas	(179.253)	(208.511)	(409.025)	(381.393)
	(1.030.992)	(890.511)	(4.093.365)	(3.090.416)

Notas Explicativas**Unipar Carbocloro S.A.**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

28. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Reversão (constituição) para demandas judiciais	(5.517)	(3.951)	(37.173)	(8.310)
Reversão (constituição) de provisão para passivo ambiental	(2.765)	-	(49.304)	(12.256)
Reversão (constituição) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	453	3.771	384	3.992
(Reversão) constituição para demanda judicial ativa	-	27	-	27
Reembolso de passivos ambientais e demandas judiciais (¹)	7.452	9.691	7.452	9.691
Títulos a receber, baixados como incobráveis	-	(5.454)	(2.152)	(5.725)
Outros custos de bens e direitos alienados	-	-	(3.927)	(2.814)
Despesas operacionais com Covid-19	(871)	(2.494)	(9.458)	(3.953)
Crédito exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS (²)	107.863	-	436.178	-
Outras receitas não correntes	-	1.600	-	1.600
Outras despesas com investimentos	(28.829)	(3.706)	(34.724)	(3.706)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.378)	(2.170)	(4.229)	(5.491)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	76.408	(2.686)	303.047	(26.945)

(¹) Esta rubrica constitui ao direito adquirido de reembolso de passivos ambientais e demandas judiciais sobre responsabilidade da antiga controladora da Indupa Brasil e Indupa Argentina.

(²) Reconhecimento do crédito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS referente ao período de novembro de 2001 a setembro de 2006 e março de 2017 a outubro de 2021 na controladora e, março de 2003 a outubro de 2021 na controlada Indupa do Brasil, líquido de honorários advocatícios e provisões, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita financeira				
Receitas de equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	23.764	13.559	146.248	29.342
Juros sobre créditos com empresas relacionadas	6.100	5.679	-	-
Variações monetárias ativas	940	6.204	11.503	32.492
Variação monetária sobre crédito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (¹)	64.276	-	282.579	-
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	-	-	-	20.701
Outras receitas financeiras	383	1.376	1.781	20.229
	95.463	26.818	442.111	102.764
Despesa financeira				
Juros e demais encargos sobre empréstimos e débitos com terceiros	(97.948)	(30.902)	(138.048)	(66.157)
Variações monetárias passivas	(670)	(73)	(55.759)	(162.555)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(4.440)	-	(16.505)	(1.477)
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	-	-	(87.211)	-
Outras despesas financeiras	(2.915)	(2.731)	(25.755)	(16.405)
	(105.973)	(33.706)	(323.278)	(246.594)
Variações cambiais, líquidas				
Ativos financeiros	18.136	47.906	55.528	37.368
Passivos financeiros	(898)	(1.196)	(83.526)	(40.901)
	17.238	46.710	(27.998)	(3.533)
Resultado financeiro líquido	6.728	39.822	90.835	(147.363)

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

(1) Atualização monetária sobre o registro do crédito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS referente ao período de novembro de 2001 a setembro de 2006 e março de 2017 a outubro de 2021 na controladora e, março de 2003 a outubro de 2021 na controlada Indupa do Brasil.

(2) Ativos financeiros refere-se principalmente a variação cambial sobre créditos com empresas ligadas no valor de R\$ 15.536 no consolidado refere-se principalmente a variação cambial sobre clientes R\$ 26.562.

(3) Passivos financeiros refere-se principalmente sobre exigíveis no exterior R\$ 900 e no consolidado as variações cambiais sobre o empréstimo com a SHV no valor de R\$ 52.123 e sobre os exigíveis no exterior no valor de R\$ 31.402.

30. Resultado por ação - básico

O resultado básico por ação é calculado pela divisão entre o resultado atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria, nota 24 (d). Não há efeito dilutivo no resultado atribuível aos acionistas.

Tipo de ação	2021		
	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade média de ações em circulação	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	651.595	33.008	19,7405
Ações Preferenciais Classe A	47.286	2.178	21,7146
Ações Preferenciais Classe B	1.285.883	59.217	21,7146
Total	1.984.764	94.403	

Tipo de ação	2020		
	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade média de ações em circulação	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	120.421	33.268	3,6197
Ações Preferenciais Classe A	10.382	2.607	3,9824
Ações Preferenciais Classe B	236.863	59.488	3,9817
Total	367.666	95.363	

31. Dividendos

Conforme artigo 34 do estatuto social da Unipar, a Companhia distribuirá como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 20 de abril de 2021, a Administração propôs a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 87.321 (sendo R\$ 72.000 antecipados em 11 de novembro de 2020 e R\$ 15.321 distribuídos em 30 de abril de 2021 completando os 25% obrigatórios), os quais foram aprovados pela ata da Assembléia Geral Ordinária.

Em 20 de abril de 2021, a Administração também propôs dividendos adicionais no montante de R\$ 96.346 e pagos em 30 de abril de 2021. Esta proposta tem a finalidade de adequar suas reservas de lucros frente ao capital social.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Em 27 de maio de 2021 a Administração antecipou dividendos de 2021 no montante de R\$ 250.000 e pagos em 15 de junho de 2021 conforme RCA (Reunião do Conselho de Administração).

Em 12 de agosto de 2021 a Administração antecipou dividendos de 2021 no montante de R\$ 272.000 e pagos em 27 de agosto de 2021 conforme RCA (Reunião do Conselho de Administração).

Em 12 de agosto de 2021, a Administração também propôs dividendos adicionais no montante de R\$ 28.000 e pagos em 27 de agosto de 2021. Esta proposta tem a finalidade de adequar suas reservas de lucros frente ao capital social.

Em 30 de novembro a Administração antecipou dividendos de 2021 no montante de R\$ 300.000 e pagos em 30 de novembro de 2021 conforme RCA (Reunião do Conselho de Administração)

Os cálculos dos dividendos para os exercícios de 2021 e 2020, assim como as demais destinações do lucro líquido do exercício, são demonstrados a seguir:

a) Dividendos propostos do exercício

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido ao final do exercício	1.984.764	367.666
(-) Constituição de reserva legal - Nota 25 (a)	(29.643)	(18.383)
Lucro líquido realizado	<u>1.955.121</u>	<u>349.283</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido ajustado)	<u>488.780</u>	87.321
Dividendos adicionais antecipados	<u>752.735</u>	-
Dividendos adicionais Propostos	<u>250.000</u>	-
Dividendos propostos	<u>1.491.515</u>	<u>87.321</u>
Saldo remanescente a destinar	<u>463.606</u>	261.962
(-) Reserva especial de dividendos - Nota 25 (b)	<u>(29.643)</u>	(18.383)
(-) Reserva para investimentos - Nota 25 (c)	<u>(433.963)</u>	(243.579)

b) Dividendos a pagar

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo Inicial	<u>23.459</u>	54.437
Pagamentos	<u>(15.307)</u>	(40.434)
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados	<u>(4.549)</u>	(7.738)
Dividendos adicionais propostos - antecipados	<u>752.735</u>	-
Dividendos adicionais propostos - antecipados (pagos no ano)	<u>(727.290)</u>	(70.127)
Dividendos propostos mínimos obrigatórios	<u>488.780</u>	87.321
Dividendos propostos mínimos obrigatórios (pagos no ano)	<u>(472.258)</u>	-
Dividendos intermediários	<u>154.831</u>	-
Dividendos intermediários (pagos no ano)	<u>(150.185)</u>	-
Dividendos adicionais propostos	<u>250.000</u>	-
Saldo final	<u>300.216</u>	<u>23.459</u>

As ações preferenciais classe A tem prioridade no recebimento de dividendos. Essa classe de ações recebe a totalidade dos dividendos até o limite equivalente a 10% de rendimento sobre a parcela do capital social constituída por esta classe de ações.

Ultrapassado este limite, as demais classes de ações passam a receber dividendos, sendo que as ações preferenciais classe A sempre devem receber, no mínimo, 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Ultrapassado o limite de pagamento mínimo de dividendos às ações preferenciais classe A, as ações preferenciais classe B e ordinárias passam a receber dividendos. Neste caso, os dividendos pagos às ações preferenciais classe B devem ser 10% superiores aos dividendos pagos às ações ordinárias.

Seguindo as regras estatutárias, os dividendos por ação propostos a cada classe são os seguintes:

Dividendos propostos por tipo de ação:

	Classe de Ação		
	ON	PNA	PNB
Dividendos propostos mínimos obrigatórios	4,86	5,35	5,35
Dividendos adicionais propostos - antecipados	7,49	8,24	8,24
Dividendos adicionais propostos	2,49	2,74	2,74
Total	14,84	16,33	16,33

32. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

	Consolidado	
	2021	
	Valor segurado	Vigência
Patrimonial	3.533.771	27/12/2021 à 27/12/2022
Transportes	5.539.683	30/06/2021 à 30/06/2022

33. Gestão de risco e instrumentos financeiros

33.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, o risco da taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Unipar se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Toda e qualquer operação de *hedge* ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos, identificada pela tesouraria, com o intuito de proteger a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros, deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

33.2. Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, e mudanças de taxa de juros.

Notas Explicativas**Unipar Carbocloro S.A.**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

a) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue de forma relevante devido às variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às taxas de juros de suas aplicações financeiras e de seus empréstimos e financiamentos.

Os financiamentos com juros indexados ao TJLP captados junto ao BNDES, com a finalidade de aumento de capacidade de produção, melhoria das instalações e aquisições de máquinas e equipamentos, são compreendidos pela administração da Companhia como risco de volatilidade baixa.

Os demais indexadores que a Administração entende que apresentam maiores riscos de exposição a taxa de juros em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, e estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro estão demonstrados a seguir de forma líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa CDI				
Caixa e Equivalentes de caixa	143.591	370.201	201.058	653.045
Aplicações financeiras	402.732	52.646	621.309	188.908
Empréstimos e financiamentos	(1.431.110)	(654.035)	(1.431.110)	(654.035)
Total	(884.787)	(231.188)	(608.743)	187.918
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa IPCA				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(25.872)	(29.195)
Total	-	-	(25.872)	(29.195)
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa SELIC				
Empréstimos e financiamentos	-	(2.319)	-	(2.319)
Total	-	(2.319)	-	(2.319)

Análise de sensibilidade da taxa de juros

Para fins de análise de sensibilidade dos riscos de taxas de juros a Companhia utilizou, para cenários prováveis nas transações indexadas as taxas extraídas do relatório FOCUS 19 de janeiro de 2022.

A análise foi feita para o horizonte de três meses e é exposta a variação no resultado considerando as exposições líquidas informadas.

Os cenários foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente em relação à expectativa provável.

Controladora Exposição de contratos	Risco	Taxa Cenário Atual	Cenário Provável		Cenário I variação de 25%		Cenário II variação de 50%	
			Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado
CDI	Aumento/ (Redução)	9,15%	11,75%	(31.903)	14,69%	(37.983)	17,63%	(43.867)
Consolidado								
Exposição de contratos	Risco	Taxa Cenário Atual	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado
CDI	Aumento/ (Redução)	9,15%	11,75%	(30.317)	8,81%	(34.654)	5,88%	(38.790)
IPCA	Aumento/ (Redução)	10,06%	5,09%	(306)	6,36%	(227)	7,64%	(148)
				(30.623)		(34.881)		(38.938)

Notas Explicativas**Unipar Carbocloro S.A.**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

b) Risco cambial

A Companhia e suas controladas estão suscetíveis a este risco em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras. O risco cambial refere-se principalmente às variações do dólar norte-americano.

Como controle interno, a Tesouraria informa periodicamente à Diretoria sobre as posições e exposições ao câmbio, tanto para ativos e passivos lastreados e indexados às moedas estrangeiras quanto para instrumentos derivativos contratados. A Companhia gerencia o risco de variação cambial através do monitoramento de taxas de câmbio e curvas de mercado.

A Companhia entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição cambial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 demonstrados a seguir, estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro e são representativas da exposição incorrida durante o exercício.

Análise de sensibilidade da taxa cambial

Para fins de análise de sensibilidade nas transações que envolvem exposição à variação cambial, a Companhia utilizou a taxa PTAX Venda válida para 18 de janeiro de 2022, divulgada no Banco Central para o cenário provável.

A análise foi feita para o horizonte de três meses sobre os saldos expostos de forma líquida e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurando o diferencial de juros e variação cambial para cada um dos cenários projetados.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, em relação à expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)				
Caixa e Equivalentes de caixa	-	-	2	5
Empréstimos de curto e longo prazo	-	-	-	68
Débito com terceiros	-	-	-	(711.270)
Contas a receber de clientes	139	-	254.896	150.331
Créditos com empresas ligadas	292.769	213.500	-	-
Outros Créditos	20.055	-	20.055	-
Outros ativos circulantes	98	157	4.150	2.526
Fornecedores	(20.806)	(9.366)	(155.780)	(81.998)
Outros passivos circulantes	(283)	(4)	(10.760)	(1.008)
Outros passivos não circulantes	-	-	(27)	(1.678)
Total	291.972	204.287	112.536	(643.024)

Controladora		Câmbio atual	Cenário Provável		Cenário I variação de 25%		Cenário II variação de 50%	
Exposição R\$	Risco		Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	5,5805	5,5213	(3.097)	6,9756	76.906	8,3708	150.682
Consolidado		Câmbio atual	Cenário Provável		Cenário I variação de 25%		Cenário II variação de 50%	
Exposição R\$	Risco		Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	5,5805	5,5213	(1.194)	6,9756	29.642	8,3708	58.078

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

33.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito principalmente em relação as suas aplicações financeiras e suas contas a receber de clientes.

Depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez classificados como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Todos os ativos financeiros da Companhia e suas controladas estão em entidades de primeira linha em relação a risco de crédito.

As contas a receber de clientes representam valores devidos pelos clientes da Unipar e suas controladas, relacionados à venda de seus produtos. O risco sobre estes montantes é determinado por meio da aplicação das políticas internas da Companhia.

Quando o risco de crédito é considerado alto, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa.

33.4. Risco de Liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento,

correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários.

Os valores divulgados no quadro abaixo apresentam o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Controladora				
Em 31 de dezembro de 2021				
Empréstimos	151.226	95.850	684.034	500.000
Fornecedores	<u>68.822</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2021				
Empréstimos	161.824	105.423	707.582	500.000
Fornecedores	<u>391.762</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

33.5. Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira relacionado com o patrimônio líquido.

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e de longo prazo), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas não estão sujeitas a nenhuma exigência externa sobre o capital.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020, podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Total dos empréstimos (Nota 16)	1.431.110	657.872	1.474.829	713.540
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(156.135)	(371.734)	(331.177)	(924.852)
Menos – aplicações financeiras (Nota 5)	(402.732)	(52.646)	(1.291.272)	(188.908)
Dívida líquida (Ativos) financeiros líquidos	872.243	233.492	(147.620)	(400.220)
Total do patrimônio líquido (¹)	2.288.743	1.725.007	2.288.743	1.725.007
Índice de alavancagem financeira - %	38,11	13,54	(6,45)	(23,20)
Menos - Créditos com empresas ligadas (Nota 10)	(292.769)	(213.500)	-	-
Dívida líquida com créditos empresas ligadas	579.474	19.992	(147.620)	(400.220)
Índice de alavancagem financeira créditos com empresas ligadas - %	25,32	1,16	(6,45)	(23,20)
Débitos com terceiros (Nota 20)	-	-	-	712.965
Dívida líquida com débitos com terceiros	872.243	233.492	(147.620)	312.745
Índice de alavancagem financeira com débitos com terceiros - %	38,11	13,54	(6,45)	18,13

(¹) Participação no patrimônio líquido atribuível aos controladores.

Os “*covenants*” bancários consideram apenas o total dos empréstimos demonstrados acima e não consideram o Débito com Terceiros (Solvay Vinyls A.G.) cujo débitos foram liquidados em dezembro de 2021. Em função disso, a Companhia calcula o índice de alavancagem financeira incluindo ou não o Débito com Terceiros.

33.6. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (menos a perda por *Impairment*) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- As mensurações do valor justo do Nível 1, são aquelas resultantes de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).

Notas Explicativas**Unipar Carbocloro S.A.**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

- As mensurações do valor justo do Nível 2 são aquelas resultantes de outras Informações, que não sejam preços cotados incluídas no nível 1 que observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplos, como preços) ou indiretamente (por exemplo, resultante dos preços);
- A mensuração do valor justo do Nível 3 são aquelas resultantes de técnicas de avaliação que incluem informações do ativo ou passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia, que são mensurados a valor justo, foram, em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, precificados com base na hierarquia descrita no nível 2 acima.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, dadas suas características de curto prazo, são próximas ao seu valor justo.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa	4	156.135	371.734	331.177	924.852
Aplicações financeiras	5	402.732	52.646	1.291.272	188.908
Contas a receber	6	212.354	133.776	676.256	534.092
Total		771.221	558.156	2.298.705	1.647.852
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos	16	(1.431.110)	(657.872)	(1.474.829)	(713.540)
Débito com terceiros	20	-	-	-	(712.965)
Fornecedores	15	(68.822)	(39.692)	(391.762)	(238.342)
Energia elétrica	17	(130.276)	(105.696)	(232.112)	(185.386)
Outros passivos		(42.553)	(24.417)	(98.257)	(78.260)
Total		(1.672.761)	(827.677)	(2.196.960)	(1.928.493)

Instrumentos financeiros - Swap

Com objetivo de eliminar o risco cambial do dólar americano, em uma operação de empréstimo, foi realizada uma operação de "swap" para trocar o indexador para CDI e que para fins de melhor apresentação, está divulgada na rubrica "Empréstimos e Financiamentos", conforme nota explicativa nº 16.

Em 31 de dezembro de 2021

Tipo de investimento	Data de início	Data de vencimento	Nocional	Taxa ativa	Taxa passiva	Controladora		R\$
						Ponta ativa	Ponta passiva	
Swap	29/03/2019	03/04/2023	109.172	USD	CDI	87.152	61.241	25.911

Em 31 de dezembro de 2020

Tipo de investimento	Data de início	Data de vencimento	Nocional	Taxa ativa	Taxa passiva	Controladora		R\$
						Ponta ativa	Ponta passiva	
Swap	29/03/2019	03/04/2023	109.172	USD	CDI	145.539	110.848	34.691

Notas Explicativas**Unipar Carbocloro S.A.**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

34. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

Transações ocorridas sem desembolso de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Transações ocorridas no período na compra de ativo imobilizado	3.486	10.412	16.222	25.115
Aquisição de investimento em controlada em conjunto	804	9.573	804	9.573

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e acionistas da
Unipar Carbocloro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unipar Carbocloro S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Unipar Carbocloro S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Reconhecimento de receitas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 26, a Companhia reconheceu receitas no montante de R\$1.6 bilhão ("Controladora") e R\$6.3 bilhões ("Consolidado") em 31 de dezembro de 2021.

O reconhecimento de receitas requer que os seguintes aspectos no processo de venda das mercadorias sejam atendidos: (a) as partes devem aprovar o contrato de compra e venda (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e devem estar comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (b) a Companhia deve identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos; (c) a Companhia deve identificar os termos de pagamento para os bens a serem transferidos; (d) o contrato deve possuir substância comercial; (e) deve ser provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

Como o assunto foi conduzido pela auditoria

• Avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade das atividades de controles relacionadas ao reconhecimento de receitas pela Companhia, os quais incluíram o seguinte:

o Determinação e aprovação de preços de acordo com política interna vigente;

o Análise e aprovação de crédito de clientes, bem como estabelecimento dos limites de crédito aplicáveis;

o Análise e aprovação de pedidos de venda e ordens de carregamento;

o Asseguração de que as mercadorias transferidas estão de acordo com pedido de venda, ordem de carregamento e respectiva emissão de nota fiscal antes da conclusão da transação comercial ("three-way-match");

o Análise de evidências de transferências das mercadorias ao cliente para efetivação do respectivo reconhecimento contábil das receitas, incluindo análises de "cut-off";

o Acompanhamento e asseguarção de recebimento das contraprestações aplicáveis.

• Efetuamos a análise do perfil da carteira de clientes e vendas ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 através de ferramentas de "Data Analytics", com o objetivo de identificar e avaliar individualmente possíveis "outliers" ou transações não usuais.

• Inspecionamos, em base amostral, as documentações-suporte das vendas ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com o objetivo de certificar que:

o As transações possuíam substância comercial e estavam alinhadas com as práticas usuais de negócios da Companhia;

o As partes (Companhia e clientes) aprovaram as transações de compra e venda de acordo com as práticas usuais de negócios da Companhia;

o A Companhia identificou os direitos de cada parte envolvida nas transações comerciais, bem como os termos de pagamento para os bens transferidos aos seus clientes;

A Companhia cumpriu as suas obrigações de entrega da mercadoria, e os clientes cumpriram as obrigações pecuniárias aplicáveis, ou, quando aplicável, obtivemos evidências de auditoria que demonstram que é provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual tem direito em troca dos bens transferidos aos seus clientes. Com base em nossos procedimentos de auditoria descritos acima, consideramos que os critérios adotados para o reconhecimento de receitas e as suas respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tomadas em conjunto.

b) ICMS na base do PIS/COFINS

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui saldo de PIS/COFINS a recuperar nos montantes de R\$145 milhões ("Controladora") e R\$728 milhões ("Consolidado").

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal modulou a sua decisão de março de 2017, garantindo o direito às Companhias que contestaram a inclusão do ICMS da base de apuração do PIS e da COFINS, com base na abordagem bruta, que consiste em

excluir o valor do ICMS divulgado na nota fiscal.

Como o assunto foi conduzido pela auditoria

Examinamos as documentações-suporte aplicáveis para avaliar se as evidências tais como:

- Existência do trânsito em julgado para processos finalizados e avaliação legal sobre eventuais vícios de processos para os processos ainda sem trânsito em julgado para suportar a decisão da Administração da Companhia no reconhecimento desses créditos decorrentes da exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS.
- Obtivemos e revisamos suporte utilizado para mensuração desses créditos, em bases amostrais, para assegurarmos a exatidão e integridade das informações mensuradas e reconhecidas pela Administração da Companhia.
- Envolvermos especialistas em imposto para avaliar se as premissas utilizadas pela Administração da Companhia para mensurar os créditos de PIS e COFINS decorrente da exclusão do ICMS na base de cálculo são aceitas e são razoáveis.

Com base em nossos procedimentos de auditoria descritos acima, consideramos que os critérios adotados para o reconhecimento desses créditos as suas respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições

futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alessandro Costa Ramos
Contador
CRC nº 1 SP 198853/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Unipar Carbocloro S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do artigo 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404/1976, em reunião realizada nesta data, procedeu ao exame e análise (i) do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do parecer da empresa de auditoria independente Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia; e (ii) da Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021 elaborada pela Diretoria, incluindo distribuição de dividendos. O Conselho Fiscal concluiu que tais documentos e proposta foram regularmente elaboradas e, portanto, recomendam a submissão de tais documentos à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, bem como opinam favoravelmente à aprovação do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Além disso, conforme o art. 163, inciso III, da Lei nº 6.404/1976, o Conselho Fiscal examinou a Proposta de Aumento de Capital Social da Unipar no montante de R\$228.874.322,86 (duzentos e vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos), mediante a capitalização de parte do saldo da reserva para investimento da Companhia, com emissão de 9.443.286 (nove milhões, quatrocentas e quarenta e três mil, duzentas e oitenta e seis) ações nominativas, escriturais, sem valor nominal, sendo 3.300.797 (três milhões, trezentas mil, setecentas e noventa e sete) ações ordinárias, 205.537 (duzentas e cinco mil, quinhentas e trinta e sete) ações preferenciais classe "A" e 5.936.952 (cinco milhões, novecentas e trinta e seis mil, novecentas e cinquenta e duas) ações preferenciais classe "B", que serão atribuídas aos detentores de ações, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) nova ação de cada espécie para cada 10 (dez) ações existentes da mesma espécie, ou seja, à razão de 10,0%, sendo que as ações mantidas em tesouraria também serão bonificadas. O Conselho Fiscal conclui por considerar a proposta oportuna e do interesse da Companhia e de seus acionistas, pelo que recomenda sua submissão à Assembleia Geral".

São Paulo, 15 de março de 2022.

João Claudio Zola – Presidente do Conselho Fiscal

Silvio de Sousa Pinheiro - Conselheiro

Clovis Hideaki Ikeda - Conselheiro

Paulo Henrique Zukanovich Funchal - Conselheiro

Edilson São Leandro - Conselheiro

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Atribuições e Composição

O Comitê de Auditoria é órgão consultivo não estatutário constituído conforme deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada em 11 de novembro de 2015, tendo por finalidade a assessoria técnica ao Conselho de Administração conforme atribuições definidas em seu Regimento Interno.

Observando as regras constantes de seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria é atualmente composto por 2 (dois) membros titulares:

Nome	Função	Última Eleição
Bruno Soares Uchino	Coordenador	17 de março de 2021
Humberto Rapussi	Secretário	17 de março de 2021

As competências do Comitê de Auditoria incluem a análise das demonstrações financeiras da Companhia e fiscalização dos trabalhos das auditorias interna e externa, atuando inclusive em situações de conflito entre estas.

Principais temas de atuação em 2021

Auditoria Externa

Durante o ano de 2021, o Comitê de Auditoria participou do processo de seleção e contratação dos auditores externos para prestação dos serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras anuais e informações financeiras intermediárias relativas ao exercício de 2021, que resultou na escolha da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”).

A referida escolha, dentre diversos aspectos, considerou os benefícios de continuidade dos serviços anteriormente prestados pela Deloitte (exercícios de 2017 a 2020), conhecimento prévio dos procedimentos contábeis da Unipar pelo corpo técnico do prestador de serviços e a existência, ao momento da contratação, da situação de pandemia pelo COVID-19 que dificultaria a realização de reuniões presenciais com um novo prestador de serviços.

De igual forma, foi acompanhado o processo de seleção e contratação dos auditores externos para prestação dos serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras anuais e informações financeiras intermediárias relativas ao exercício de 2022, que resultou na escolha pelo Conselho de Administração da empresa Ernst & Young, após realização de processo competitivo que envolveu cotação das 6 (seis) principais empresas de auditoria externa com atuação no Brasil e Argentina.

Auditoria Interna

No que se refere às atividades da Auditoria Interna, o plano de auditoria de 2021 consistiu na avaliação do ambiente de controles internos com a finalidade de identificar oportunidades de melhoria nos processos avaliados, além do acompanhamento dos planos de ação desenvolvidos pelas áreas responsáveis, sendo implementados 65 planos de ação para correção de pontos de auditoria identificados no período.

Merece destaque, ainda, a implantação com sucesso do SAP Hana (T4) no exercício de 2021, que contou com a participação do time de auditoria interna durante o processo de customização de suas funcionalidades para assegurar um incremento nos controles internos da Companhia. A melhoria constante nos controles internos foi, ainda, objeto de destaque pelo time de auditoria externa da Deloitte, que neste ano concluiu um ciclo de 5 (cinco) anos subsequentes de atuação como auditores externos da Companhia.

Outros Temas Relevantes

O Comitê de Auditoria, através de seus membros, participou ainda das atividades de elaboração e revisão de políticas da Companhia, com destaque para as Políticas de Gestão de Riscos e o Código de Conduta para Terceiros aprovadas pelo Conselho de Administração em novembro último, além de participação de seus membros no processo de elaboração da estratégia ESG da Unipar, que está sendo conduzida com o apoio de empresa especializada terceirizada (Bain Company).

Parecer sobre as Demonstrações Financeiras 2021

Os membros do Comitê de Auditoria analisaram as Demonstrações Financeiras da Unipar Carbocloro S.A., relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, com as correspondentes Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, ambos emitidos em 16 de março de 2022, e o Parecer do Conselho Fiscal, emitido em 15 de março de 2022.

Foram discutidos e esclarecidos pela Diretoria todos os assuntos levantados pelos membros do Comitê de Auditoria, que contou com a presença ainda dos auditores externos (Deloitte), conforme ata de reunião realizada em 15 de março de 2022.

Merecem destaque, tendo em vista seu caráter de excepcionalidade, os tratamentos contábeis adotados para as seguintes matérias:

(i) o recebimento, no quarto trimestre de 2021, da quantia aproximada de R\$ 450 milhões sob a rubrica ajuste de preço na aquisição da Solvay Indupa SAIC (“Indupa Argentina”), nos termos do contrato de compra e venda e como resultado de acordo para encerrar procedimento arbitral existente entre as partes, montante este registrado no resultado da Companhia, conforme notas explicativas n. 12 e 20 das Demonstrações Financeiras;

(ii) reconhecimento de crédito fiscal relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo da PIS/COFINS, no montante aproximado de R\$ 728 milhões na controladora e empresas controladas, resultante do reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal, em maio de 2021, da inconstitucionalidade desta inclusão. O referido crédito divide-se em processos que se encontram em fase distintas, parte dele ainda aguardando trânsito em julgado e homologação dos cálculos pela Receita Federal.

Nada obstante o caráter excepcional e materialidade financeira destes 2 (dois) lançamentos contábeis, não há divergência entre a administração da Companhia e os auditores externos em relação ao tratamento dado nas Demonstrações Financeiras, conforme nos foi relatado em reunião realizada em 15 de março de 2022.

A Diretoria da Companhia informou, ainda, não haver sido requeridos pela Auditoria Independente ajustes materiais nas Demonstrações Financeiras que devessem ser comunicadas ao Comitê de Auditoria, bem como a inexistência de divergência entre os Auditores Independentes e a Administração que demandasse a atuação deste Comitê, informação essa confirmada em reuniões realizadas pelo coordenador do comitê de auditoria com os auditores externos durante o processo de acompanhamento dos trabalhos de auditoria.

Em razão do acima exposto, os membros do Comitê opinam, por unanimidade, que os documentos acima elencados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendam a aprovação, sem ressalvas, destes documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 16 de março de 2022.

Bruno Soares Uchino
Coordenador

Humberto Rapussi
Membro e Secretário

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com estas demonstrações financeiras.

São Paulo, 16 de março de 2022

Maurício Parolin Russomanno
Diretor Presidente

Christian Eduard Carraresi Schnitzlein
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcello Diegues Zappia
Diretor

Rodrigo Cannaval
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

São Paulo, 16 de março de 2022

Maurício Parolin Russomanno
Diretor Presidente

Christian Eduard Carraresi Schnitzlein
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcello Diegues Zappia
Diretor

Rodrigo Cannaval
Diretor